



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO: PSICOLOGIA

NOVAS CONFIGURAÇÕES E CONFLITOS CONJUGAIS NA PÓS-MODERNIDADE

GISELLE MAGALHÃES ARAÚJO

BRASÍLIA
JULHO/2008

GISELLE MAGALHÃES ARAÚJO

**NOVAS CONFIGURAÇÕES E CONFLITOS
CONJUGAIS NA PÓS-MODERNIDADE**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB como
requisito básico para obtenção do grau de
Psicólogo da Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde. Professor-orientador:
Maurício da Silva Neubern.

BRASÍLIA
JULHO/2008



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO – FACES
CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora
composta por:

Prof. Maurício da Silva Neubern, Dr. em Psicologia Clínica

Prof. José Bizerril Neto, Dr. em Antropologia

Prof. Sérgio Jacques Jablonski Júnior, Mestre em Psicologia

A Menção Final obtida foi:

Brasília-DF, Julho de 2008.

Dedico esta monografia aos meus queridos pais, por terem sido apoiadores incondicionais, por respeitarem minhas escolhas e por me oferecerem as chaves que muitas portas abrirão. A você Mãezinha, por sempre ter sido um exemplo de superação, de caráter e dedicação. A você Papico, que sem grandes esforços, ao longo de toda a vida sempre me forneceu o exemplo de responsabilidade, dedicação e comprometimento profissional. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minhas colegas que se tornaram amigas **Luana Ferreira Carneiro**, **Paula Queiroz de Medeiros** e **Vânia Kussmaul**. Agradeço a vocês por terem compartilhado comigo grande parte desta trajetória. Foram momentos únicos de busca por conhecimentos e crescimento individual. Desejo ainda, que passamos trocar muitas e intrigantes experiências e que alcancemos o crescimento profissional em parceria como sempre fizemos.

Agradeço à minha supervisora de estágio **Tereza Cristina Leite** pelos seus ensinamentos, compreensão e sábias palavras de incentivo. Os poucos, porém, bem aproveitados momentos que tive o privilégio de estar em sua companhia, foram de grande valia. E deixo aqui registrado que “as marcas que você deixou em mim” foram as do profissionalismo, da responsabilidade e da compaixão. Obrigada, obrigada, obrigada!

Agradeço a **Ana Luiza Greca** e ao **Vinicius Valle** pelos bons e únicos momentos de discussões, reflexões e conclusões que em grande medida me auxiliaram na construção deste trabalho. Agradeço por compartilharem comigo uma etapa tão importante como esta.

Agradeço em especial ao **Rafael Meira** por ter compartilhado grande parte deste percurso, pelas palavras de apoio e incentivo e indubitavelmente pela paciência! Obrigada!

Agradeço aos mestres **Carlene Dias Tenório**, **Cynthia Ciarallo** e **Moacir Rodrigues dos Santos** pelos ricos e proveitosos ensinamentos e pelo exemplo de competência. Em especial agradeço ao **Maurício Neubern** por ter sido um paciente orientador, pelo apoio e por ter ampliado minha percepção acerca da Psicologia, bem como das possibilidades de atuação clínica com uma postura crítica e responsável.

E por último e mais importante de todos os agradecimentos é ao **Grande Pai, Criador** de todas as coisas. Agradeço por de alguma forma, não importa qual, ter me guiado pelo caminho do conhecimento e desenvolvimento pessoal, que longe ainda está de ser concluído ou esgotado!

Visão de Futuro

Um dia... homens e mulheres vão se ver como indivíduos diferentes na forma e na maneira de conduzirem suas vidas e suas carreiras. Mulheres e homens terão diferentes funções na sociedade. Um dia... haverá uma explícita *diferença* no comportamento de homens e mulheres.

Entretanto, nesse dia, nenhum ser humano será considerado inferior, menos capaz ou inadequado para as oportunidades do mundo, apenas por ser *diferente*. Nesse dia, todos vão somar suas *diferenças* para construir, partilhar suas visões, solucionar problemas, dividir seus sonhos a fim de criar um mundo novo e vibrante, cheio de paz, esperança e fraternidade. Esse dia será muito especial, haverá festas e a promessa de um futuro. Haverá trabalho e emoção. Será um dia de júbilo e de fé. Esse dia já está marcado na História do Tempo. É um dia de quatro estações, de frio e de calor, de música e de silêncio. Esse será um dia em que as pessoas serão eleitas por suas competências e avaliadas por seu caráter. Um dia...

Dulce Magalhães

SUMÁRIO

RESUMO.....	vii
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA E DO CASAMENTO.....	13
1.1 História da família e do casamento.....	13
1.1.1 A mulher, o homem, a família e o capitalismo.....	17
1.2 O movimento feminista e as relações de gênero.....	20
1.2.1 A crise da Masculinidade.....	22
CAPÍTULO 2: CONSEQUÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES NA FAMÍLIA E OS CONFLITOS CONJUGAIS.....	27
2.1 Conflitos de papéis de gênero nas relações conjugais.....	27
2.1.1 Casais de dupla carreira e a indefinição de papéis.....	30
2.2 O fim da família?.....	33
2.3 Produções discursivas sobre a família.....	38
CAPÍTULO 3: O FUTURO DOS CASAIS DA FAMÍLIA E DO CASAMENTO....	42
3.1 As novas configurações familiares.....	42
3.2 É possível estabelecer uma unidade a partir de um casal?.....	48
3.2.1 Individualismo e diferenciação do sujeito: conflitos conjugais e familiares.....	51
3.3. Perspectivas clínicas para a terapia de família e de casal.....	57
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	69
ANEXOS.....	74

RESUMO

Por meio de uma revisão histórica e sociológica e de reflexão teórica acerca da família e do casamento, observou-se que essas configurações sofreram transformações influenciadas por aspectos econômicos, sociais e culturais. Para ampliar a percepção destas questões fez-se necessário recorrer a estudos desenvolvidos por autores clássicos. Assim, este trabalho tem por objetivo discutir quais são os possíveis aspectos influenciadores e contribuintes para a produção de conflitos nos casais contemporâneos. Para tanto, foram analisados estudos desenvolvidos sobre as relações de gênero e o impacto do capitalismo sobre o movimento feminista, a produção de discursos sobre a família e o casamento permeados por aspectos sócio-histórico-culturais, bem como a emergência do individualismo inerente da pós-modernidade. Discorre ainda, acerca das perspectivas de práticas psicoterápicas diante do número crescente de divórcios e dos conflitos oriundos das novas configurações familiares. Outro aspecto importante refere-se à emergência de haver uma revisão metodológica e uma flexibilização das práticas clínicas junto a casais. Além disto, faz-se necessário também, haver uma análise minuciosa acerca das práticas discursivas produzidas nas famílias de origem destes casais que, na medida em que, a maioria deles possui um baixo nível de diferenciação. A partir desta análise, pôde-se perceber que a família, o casamento, homens e mulheres em suas relações afetivas e conjugais foram diretamente afetados por transformações sociais estabelecendo-se novas e conflituosas configurações. Diante de uma realidade cultural considerada pós-moderna pautada na fragmentação, na descontinuidade, na efemeridade, na competitividade, na individualidade e na ausência de parâmetros homogêneos, coerentes e estáveis, estas circunstâncias repercutem diretamente na legitimação de um sujeito plural e mutável. É justamente esta dificuldade do sujeito adaptar-se como mutante e vulnerável, um aspecto primordialmente considerado como causador de inconstância e sofrimento. Aspectos estes, responsáveis pelas “crises” enfrentadas pelas relações conjugais e familiares o que justifica um número elevado de casais ou de descasados quem têm buscado auxílio psicoterápico. Estas reflexões permitiram uma percepção mais flexível quanto aos vários modelos de família e de relações conjugais não mais exclusivamente ancorados num modelo patriarcal. Apesar de ainda haver discursos pautados na *modernidade*, têm-se na contemporaneidade práticas discursivas coerentes com as novas formas de relação, do *novo sujeito* e da própria visão de mundo.

Palavras-Chave: configurações familiares, conflitos conjugais, relações de gênero, pós-modernidade.

A realidade com a qual nos deparamos hoje é fruto de inúmeras transformações sociais, econômicas e culturais. Realidade que alguns chamam de sociedade contemporânea ou pós-moderna e que apresenta aspectos de fragmentação, inconstância, instabilidade, efemeridade, heterogeneidade, permeabilidade, dentre tantos outros aspectos que não se esgotariam aqui. Estas características podem ser consideradas como um resquício e um reflexo de uma sociedade pós-industrial pautada no capitalismo.

Diante destas imensuráveis transformações e mudanças dos costumes, normas sociais, políticas, culturais e econômicas confirma-se um respaldo para a “inexistência de um padrão dominante” de família, de casamento e de relações conjugais e afetivas (Vaitsman, 1994, p. 19). Contrariamente, na sociedade considerada *moderna* supunha-se haver uma coexistência de aspectos sociais universais, bem como de um modelo de família patriarcal e tradicional e de papéis sociais masculinos e femininos claramente definidos e confirmados pelos discursos praticados.

Além disto, recorreu-se a estudos de autores clássicos como Philippe Ariès, Lévi-Strauss, Talcott Parsons e Malthus não com o intuito de utilizá-los como um modelo de referencial teórico, tendo em vista que novas teorias já foram desenvolvidas para contemplar uma nova realidade. Desta forma, apropriar-se de concepções sociológicas e antropológicas foi positivo, na medida em que permitiu uma visão mais ampla que vai além da psicologia.

O modelo de família conhecido como tradicional ou normativo se caracteriza por uma divisão clara de papéis: um dos cônjuges, geralmente o marido, está envolvido primariamente com o trabalho remunerado enquanto o outro, a mulher, está envolvida com a vida familiar, a qual inclui a administração da casa e o cuidado dos filhos (Yogev, 1982 citado em Diniz, 1996, p. 104).

Outro ponto importante que será analisado, diz respeito ao advento da industrialização e a entrada da mulher no mercado de trabalho considerado como um marco da segregação dos sexos, ou seja, o início da divisão sexual do trabalho que possibilitou uma rediscussão dos “papéis sociais atribuídos a homens e mulheres” (Méndez, 2004, p. 55).

Autores como Féres-Carneiro (1996, 2003, 2004), Andolfi (1995, 2002), Araújo (2002, 2005), Badinter (1986), Diniz (1996), Jablonski (1996, 2003), Rocha-Coutinho (2003) e Vaitsman (1994) oferecem-nos uma vasta discussão e contribuem teoricamente para uma melhor compreensão das novas configurações familiares, dos conflitos conjugais e de gênero comuns da pós-modernidade.

Outro tema relevante que será abordado refere-se ao individualismo exacerbadamente valorizado na contemporaneidade. Esta característica interfere diretamente no desenvolvimento da identidade do sujeito tornando-o volátil e centrado no “lazer, na aparência, na imagem e no consumo” (Kellner, 1992 citado em Vaitsman, 1994). Neste sentido, a fragmentação e a flexibilidade contribuem, também, para o excedente número de divórcios e de recasamentos.

A palavra recasamento, empregada ao longo deste livro, foi escolhida na ausência de qualquer outra que defina melhor a relação. Mas assim como as demais, seu significado está longe de expressar a singularidade dessa nova união atraindo, com o prefixo “re”, idéias de repetição, reformulação e recriação. Não existe nomenclatura específica para este casamento em nenhuma língua conhecida. Só encontramos referências que nos levam a pensar em remendo, segunda mão, imitação, substituição, reconstituição, palavras e expressões com uma forte carga negativa. A família nuclear – mãe, pai e filhos – fica sendo vivenciada como a única verdadeira, valorizada, boa e legítima. Tudo que for

diferente dessa família-padrão é ‘menos’ (Gladis Brun, 1999 citado em Travis, 2003, p. 14).

Diante desta citação fica clara a proeminência de conflitos gerados a partir destas novas configurações familiares o que justifica o número elevado de pessoas que buscam auxílio psicoterápico por não absorverem naturalmente esses novos papéis e por apresentarem dificuldades em lidar com estas novas e conturbadas questões.

Andolfi (2002) apresenta uma opinião bastante pertinente quando expõe que “por causa da complexidade e ambigüidade da vida contemporânea, os parceiros devem constantemente redefinir e tornar explícitas as suas idéias e expectativas em relação ao casamento, ao companheiro e a si mesmos” (p. 22).

Diante deste quadro, o objetivo deste trabalho é discorrer acerca dos conflitos emergidos nos casais contemporâneos, fez-se necessário retroceder na história da família e do casamento para que houvesse uma compreensão mais contundente e abrangente. Nesta trajetória foi possível perceber o quanto as práticas discursivas estiveram e são presentes nestes contextos e o quanto os discursos produzem e fazem produzir estas configurações. Uma cultura – seja social, conjugal ou familiar – “é um discurso, um modelo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (Hall, 2001, p. 50).

Inicialmente, a presente monografia apresentará um panorama histórico sobre o conceito e formação da família traçando aspectos comuns da modernidade como a noção de coletividade social, início da privatização e interiorização familiar, regras e normas inerentes à instituição casamento, definição de papéis femininos e masculinos, bem como o início da segregação sexual decorrente da necessidade de mão-de-obra e do avanço da figura feminina no trabalho, ou seja, no espaço público. Os autores chave que possibilitaram esta inicial

discussão foram Philippe Ariès (1981), Gomes (1998), Michel (1983), Mendéz (2004) e Carmo (2007).

Posteriormente, serão apontados os conflitos gerados “em parceria” com as transformações sociais com a inauguração e implementação do capitalismo e a sucessiva fragmentação do sujeito. Nesta fusão e cisão da identidade do sujeito ocorre também uma direta repercussão na fragmentação e instabilidade do casamento, na medida em que “o mundo moderno exige respeito à individualidade do outro e espaço para o segredo, considerando a ideologia individualista vigente” (Magalhães & Féres-Carneiro, 2003).

Neste sentido, instala-se uma convivência conflituosa entre o *antigo* e o *novo* modelo de família. Além disto, na pós-modernidade, há excessivas exigências feitas a homens e mulheres para que estes se adéquem e não sejam atropelados por um mundo cruelmente competitivo, acarretando sérias conseqüências para o casamento e a família.

Os grupos familiares atuais convivem com uma flexibilidade de papéis masculinos e femininos e traduzem arranjos mais ou menos improvisados para dar conta da multiplicidade de tarefas e de afetos a elas subjacentes – amor, ódio, medo, esperança, raiva, inveja, respeito, culpa e todo um arco-íris de sentimentos advindos de um convívio próximo e potencialmente dissolúvel (Féres-Carneiro & Negreiros, 2004, p. 44).

Em seguida, serão discutidos pressupostos que corroboram as produções de discursos sobre todas as questões anteriormente apresentadas convidando-nos para reflexões mais ampliadas. Desta forma, com a contribuição de Bowen confirma-se a necessidade de uma diferenciação do sujeito, ou seja, para que este sujeito se torne um adulto maduro em suas relações e na forma de viver e compreender a realidade na qual está inserido. Havendo uma fusão dos papéis comuns desempenhados no seio de sua família de origem, será possível

estabelecer-se uma maturidade emocional do indivíduo, separando o que é seu do que é do outro, tornando-se emocionalmente “autônomo”. Esta diferenciação tornará possível uma construção e estabelecimento de relações afetivas mais saudáveis e concretas.

Assim, percebe-se que as fragmentações do sujeito e de suas relações preponderantemente conflituosas não necessariamente culminarão na extinção da família, pelo contrário. Sendo a pós-modernidade um contexto permissivo espera-se do sujeito astúcia na construção de suas relações. Apropriando-se das idéias de Andolfi (2002), conclui-se que:

É necessária uma imagem evolutiva do casamento para mudar a forma estática de castelo ou prisão e passar para uma forma flexível que pode ser por vezes remodelada por ambos os parceiros ao longo do tempo, para ir ao encontro de necessidades, prioridades, exigências, etc. (p. 25).

Por fim, incitar-se-á uma discussão acerca da atuação clínica diante destas demandas contemporâneas e da necessidade de haver uma revisão metodológica de psicoterapeutas. Propõe-se, ainda, uma reflexão sobre a postura rígida e dogmática adotada por muitos psicólogos, sugerindo-se uma flexibilização da epistemologia para que haja coerência com a real função, responsabilidade e missão da Psicologia.

Capítulo 1

TRANSFORMAÇÕES DA FAMÍLIA E DO CASAMENTO

1.1. História da Família e do Casamento

Para falar de casamento, faz-se necessário traçar um panorama histórico sobre o conceito e formação da família em suas diferentes perspectivas. Lançando mão de estudos de sociólogos e de antropólogos, como Philippe Ariès e Lévi-Strauss, será possível melhor compreender a história do casamento e da família, que se transformaram de acordo com as mudanças dos costumes, normas sociais, políticas e econômicas, bem como dos valores culturais do lugar e da época.

De acordo com Ariès (1981a), as pessoas nasciam numa comunidade formada por pais, vizinhos, amigos, avós, crianças, velhos, homens e mulheres que coabitavam no mesmo espaço, todos reunidos num cenário coletivo tendo como premissa a solidariedade. Sob esta perspectiva, ainda não existia família, muito menos um domínio¹ que fosse seu, visto que, as relações entre domínio público e privado ainda não estavam bem delineadas. Neste sentido, a comunidade, ou o domínio público, mais que a família, determinava o destino e a formação do indivíduo.

Sendo a Rua medieval o cenário das relações sociais e do trabalho, essa antiga “família” não possuía função afetiva, e sua principal função era a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e a ajuda mútua, prevalecendo o sentimento de coletividade (Gomes, 1998).

O sentimento de família, segundo Ariès (1981b), não foi conhecido durante a Idade Média porque nesse período havia uma concepção particular de família, isto é, a linhagem.

¹ Para Ariès (1981a, p.14), “*domínio* refere-se a um espaço seu, fazer com que suas fronteiras sejam aceitas. *Domínio Privado*: corresponde ao comportamento individual, ao caráter do homem, à sua maneira de estar só ou em sociedade, à consciência de si mesmo, ao seu ser profundo. *Domínio Público*: o lugar do homem na coletividade, seus direitos e deveres”.

Entendida como solidariedade que se estende a todos os descendentes de um mesmo ancestral, a linhagem promovia uma proteção na ausência do Estado que se encontrava enfraquecido, não levando em conta os valores de coabitação e de intimidade.

Somente no início do século XVIII é que a “família passa a se recolher para longe da praça, da vida coletiva, se retrai e se limita para dentro da casa, para melhor se defender contra os intrusos e se preparar para uma vida de maior intimidade” (Gomes, 1998, p. 28). Este recolhimento da família para dentro de casa favorece o surgimento de um novo sentimento entre os membros da família. O nascimento do sentimento de família coincide com o que Ariès denominou de “sentimento de infância” onde a criança assume um novo lugar dentro desta perspectiva familiar.

Até então, a infância não era reconhecida, visto que o índice de mortalidade das crianças era muito elevado e de acordo com Ariès², esse sentimento de indiferença com relação à infância se justificava porque as pessoas não podiam se apegar muito a algo “demasiado frágil, em que a possibilidade de perda era muito grande” (1981b, p.22).

Deste modo, pode-se inferir que o sentimento de família derivou das transformações nas relações internas (no mundo privado) entre os pais e as crianças. Noutro sentido, a criança foi fundamental para entender o que estava ocorrendo à época, e a necessidade de educá-la preparando-a para a vida futura passou a fazer parte da dinâmica familiar.

Tomando emprestada uma passagem de Durkheim, (citado em Michel, 1983, p. 52) reforça-se a idéia de que essa contração ou interiorização familiar ocorre, na medida em que o meio social se amplia:

Se (...) virmos na organização da família a expressão logicamente necessária de sentimentos humanos inerentes a toda a consciência, invertemos a ordem real dos fatos; pelo contrário, foi a relação social das

² Segundo Ariès a descoberta da infância pôde ser estudada e pesquisada na história da arte medieval francesa. Outro aspecto importante deste reconhecimento está diretamente relacionado com a cristianização dos costumes, admitindo-se que a alma da criança também era imortal.

relações de parentesco que determinou os sentimentos respectivos de pais e de filhos.

Considera-se que, somente no século XIX é que a família possui um caráter de privatização, se estabelece com um domínio privado pressupondo a interiorização de vivências afetivas, percepções e valores. Ou seja, “o sentimento de família está ligado a casa, ao governo da casa e à vida na casa”, aspectos inerentes da família moderna (Ariès, 1981b, p. 145).

O sentimento de família bem como a legitimação do casamento estiveram intrinsecamente associados à religiosidade da época. Gomes (1998), por exemplo, cita que a religiosidade passa a se ligar ao sentimento de família, gerando como modelo a “Sagrada Família Cristã”. Ariès confirma essa “cristianização” do casamento quando postula que:

O sacramento do casamento poderia ter tido a função de enobrecer a união conjugal, de lhe dar um valor espiritual, bem como à família. Mas, na realidade, ele apenas legitimava a união. Durante muito tempo, o casamento foi apenas um contrato. A união sexual, quando abençoada pelo casamento, deixava de ser um pecado (1981b, p. 146).

Do ponto de vista antropológico de Lévi-Strauss, nas sociedades arcaicas, a família é o resultado, não de tendências fisiológicas ou psicológicas, mas da organização social. Foi a estrutura do parentesco que gerou um poderoso conjunto de normas que determinava o casamento. Para este autor “a troca, sempre a troca, que aparece como base fundamental e comum de todas as modalidades da instituição matrimonial” (1982, p. 519).

Para melhor compreensão desta perspectiva de “troca” comum no casamento arcaico, convém aqui mencionar sobre a *regra de reciprocidade* defendida por Lévi-Strauss. Para este autor, a *regra de reciprocidade* consiste numa regra de trocas humanas ou permuta social, necessárias para a sobrevivência e organização social. De acordo com Simone de Beauvoir

(1949), essa “troca” também pode ser traduzida como a “transferência de valores de um indivíduo a outro os transforma em parceiros; somente sob esta condição pode se estabelecer um *mitsein*³ humano”.

No casamento essa troca ocorre com a proibição do incesto, ou seja, permitir que a família e os laços de parentesco se estendam para a manutenção da sociedade. Ou ainda, a proibição do incesto é “uma regra que exprime o desejo do grupo de fazer alianças, de sair do seu isolamento e de evitar o fracionamento do grupo” (Michel, 1983, p. 54). Lévi-Strauss coloca essa troca de forma bem clara quando diz:

A proibição do uso sexual da filha ou da irmã leva a dar em casamento a filha ou a irmã a um outro homem, e, ao mesmo tempo, cria um direito sobre a irmã ou a filha desse mesmo homem (...) para garantir e fundar, direta ou indiretamente, imediata ou imediatamente, uma troca (Michel, 1983).

É curioso notar que desde as sociedades arcaicas, a mulher tem um valor de objeto, ou mercadoria, que pode ser trocada. As mulheres neste período são consideradas “raras e essenciais à vida e à perpetuação do grupo humano, (...) e os métodos de distribuição da carne, não diferem em engenhosidade dos métodos de repartição das mulheres” (Michel, 1983, p. 58). Apesar de a mulher ser considerada essencial, não se pode descartar a já então existência do direito dos homens sobre as mulheres.

Enfim, para finalizar a percepção de Lévi-Strauss acerca da família e do casamento, entende-se que estas instituições se desenvolveram como prestações recíprocas de trocas, estabelecendo-se regras e tendo como resultado o início da organização social. Observa-se também, que a procriação é a principal razão do casamento, indispensável à perpetuação das sociedades arcaicas.

³ Coloca-se em relação com o outro.

1.1.1. A mulher, o homem, a família e o capitalismo

Segundo Ariès (1981a), no século XVIII, considerado como a Idade das Luzes e o início da industrialização, fica mais evidente a interiorização da família dentro de casa, ou seja, no domínio privado, e a separação do lugar do trabalho, considerado como domínio público⁴, onde o homem fica submetido à disciplina e ao controle do Estado.

Fica evidente também, a configuração da família formada pela tríade pai-mãe-filhos, que mais tarde será considerada como o modelo da família moderna. Cabe destacar aqui a evidência do paternalismo, uma vez que, o pai trabalha fora de casa, sendo o provedor da família, além de participar tanto do domínio público, quanto do domínio privado. Outro fenômeno que começa a aparecer é a segregação dos sexos, ficando clara a subordinação da mulher em relação ao homem. Deste modo, Ariès coloca que:

A privatização atingira somente as mulheres e as crianças. Os homens haviam parcialmente escapado e, sem dúvida, viam nisso um de seus privilégios de machos. Para as mulheres e as crianças, já não havia quase nenhuma vida fora da família e da escola, que constituíam todo o seu universo (Ariès, 1981a, p. 17).

Sob outro ponto de vista, “com a Revolução Industrial e o capitalismo, a função da família, na sociedade moderna, passa a ser de refúgio, frente a um mundo que se torna altamente competitivo e brutal, gerando uma intensificação dos laços emocionais entre pais e filhos” (Lasch, 1991 citado em Gomes, 1998, p. 28).

Com o desenvolvimento da Revolução Industrial no século XIX, necessita-se da força de trabalho humana para a produção de mercadorias e bens de consumo, valores comuns de uma sociedade capitalista emergente. Inicialmente, a valorização da força de trabalho estava voltada somente para a mão-de-obra masculina. Com a aceleração do crescimento econômico,

⁴ Contrariamente Arendt (1983) citado em Vaitsman, (1994) corrobora que o trabalho no capitalismo não pertence à esfera pública e sim à “esfera da necessidade”. O trabalho é considerado como uma forma de adaptação e reprodução da vida. (p.36).

e havendo uma exacerbação da necessidade de consumo, a mão-de-obra masculina torna-se insuficiente, e recorre-se então, à mulher para complementar tamanha demanda.

Partindo do pressuposto de que o capitalismo influenciou de forma ferrenha a configuração familiar, convém desenvolver uma breve exposição acerca da divisão social do trabalho e da conseqüente divisão sexual e suas repercussões na família. Pelo que se pôde perceber até aqui, com a separação do lugar do trabalho para o domínio público, este ficava a encargo do homem, sendo o trabalho feminino, ou seja, doméstico e num domínio privado, ficava sob a responsabilidade da mulher.

Desta forma, compreende-se que a inserção feminina no mundo do trabalho estava associada à necessidade de mão-de-obra, bem como uma necessidade econômica e social. A este respeito, (Perrot, 1998 citado em Méndez, 2004) explicita bem essa realidade:

A França realiza de fato uma transição demográfica original, em que a baixa natalidade, desde o século XVIII, precede a da mortalidade, que permanece elevada até o fim do século XIX. No próprio momento em que a industrialização cria uma forte necessidade de mão-de-obra, a balança demográfica mal se equilibra e, nos anos 1870, ela toca o déficit. O patronato era, por conseguinte, favorável ao trabalho das mulheres, como o era ao dos estrangeiros, cujas migrações começam maciçamente sob o Segundo Império (pp. 99-100).

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, há uma modificação no cotidiano familiar. As crianças são mandadas à escola, e assim preparadas para uma sociedade calcada pelo capitalismo. O Estado, de certa forma, passa a “dividir” com as mulheres a responsabilidade e o cuidado para com as crianças. Mesmo havendo esta conquista do domínio público, do trabalho, as desigualdades são claras, visto que a mão-de-obra feminina é

desvalorizada e “com desníveis salariais acentuados em relação aos homens, além de realizar jornadas mais prolongadas” (Antunes, 2000, p. 108 citado em Carmo 2007).

De acordo com a literatura, o interesse sobre a família e o casamento não é um fenômeno contemporâneo. Sociólogos, antropólogos, psicólogos há alguns anos tem se preocupado em desenvolver pesquisas e estudar sobre este fenômeno da humanidade. Michel (1983) em sua obra *Sociologia da família e do casamento* traz uma discussão bastante pertinente acerca da família e do casamento.

Este autor, além de trazer uma percepção antropológica de Lévi-Strauss, citada anteriormente, contempla em seu livro a teoria de Talcott Parsons⁵ sobre a família americana. Parsons desenvolve uma teoria da família numa abordagem designada *estruturo – funcional* que compreende três aspectos: “uma teoria das funções da família, uma teoria da estrutura da família americana, e finalmente uma teoria dos papéis masculinos e femininos” (Michel, 1983, p. 77).

Parsons compreende que as funções da família americana estão intimamente relacionadas com as mudanças ocorridas socialmente. As transformações econômicas ocorridas com o advento da industrialização contribuem para que a família deixe de ter uma estrutura *alargada* (ou grupo de parentesco, linhagem descrita por Ariès), e passe a ter uma configuração mais reduzida. Diante desta nova realidade, as responsabilidades anteriormente assumidas pela família, como a educação, por exemplo, passam a ser divididas com outros agentes sociais como escolas, hospitais, grupos de lazer, etc. (Michel, 1983).

Havendo esta divisão de responsabilidades, a família passa a exercer a função de suporte emocional dos indivíduos que a compõe. Neste sentido, Parsons defende ainda que, a família torna-se responsável pela socialização primária das crianças, preparando-as para sua manutenção futura, bem como na transmissão de “idéias, valores e conceitos fundamentais da

⁵ Sociólogo e economista. Desenvolveu sua teoria tendo como precursores Max Weber e Émile Durkheim.

sociedade” (Michel, 1983, p. 79). Outra função da família refere-se à estabilização da personalidade adulta. Segundo o mesmo autor, o casamento e a família proporcionam aos adultos o desenvolvimento do equilíbrio emocional.

No que se refere à estrutura da família americana, Parsons defende que a família possui traços estruturais, sendo ela nuclear ou conjugal, relativamente isolada das famílias de origem e assentada no casamento, uma vez que “o casamento é na nossa sociedade a principal chave estrutural do parentesco” (Michel, 1983, p. 84). Considera-se que esta nova estrutura familiar é um reflexo da sociedade industrial.

E, finalmente, o que mais interessa na presente discussão, é a teoria dos papéis masculinos e femininos defendida por Parsons. Este autor corrobora ser fundamental a diferenciação dos papéis do pai e da mãe dentro do sistema familiar a fim de promover uma base para a socialização da criança. Assim, cabe ao pai o *papel instrumental* de ligação com a sociedade e o de provedor dos bens materiais; e à mãe o *papel expressivo* que exprime melhor a vida afetiva da família, ficando esta responsável pelas tarefas domésticas do lar e o cuidado das crianças.

1. 2. O movimento feminista e as relações de gênero

Para começar a delinear a respeito do movimento feminista, compreende-se ser necessário buscar a ascendência e contextualização deste fenômeno. As consideradas “práticas feministas” começaram a se revelar na Europa e nos Estados Unidos com o advento da Segunda Revolução Industrial, datada no século XIX.

Discorrer sobre o feminismo implica pensar muito além da incineração de sutiã em praça pública, percepção esta muito difundida pelo senso comum. Compreender o feminismo implica também, percebê-lo como um marco das transformações das relações entre os gêneros; atrelado, obviamente, com as consequências da industrialização.

De acordo com Méndez (2004), o feminismo compreende tanto as relações entre os sexos na sociedade, quanto um movimento social, coincidindo com a divisão sexual do trabalho, conseqüentes do avanço do capitalismo. Araújo (2005) corrobora a mesma idéia incluindo que, o movimento feminista é resultado das condições históricas decorrentes das grandes transformações sociais, econômicas e culturais.

Percebe-se, desta forma, que há uma dimensão muito mais ampla, que não só as relações de gênero⁶, constituintes do movimento feminista. A instrução escolar para as mulheres, por exemplo, só foi concretizada diante de uma necessidade da sociedade capitalista. Havendo necessidade de mão-de-obra capacitada para a aceleração da produção industrial, as mulheres são incluídas ao acesso à alfabetização, privilégio que até o momento era concedido somente a homens (Méndez, 2004).

Com o empobrecimento dos recursos familiares, a entrada da mulher no mercado de trabalho é visto não só como uma demanda social, como também econômica, na medida em que a mulher passa a contribuir com a renda familiar. Diante desta nova realidade, o modelo de família ancorado no patriarcalismo começa a enfraquecer, uma vez que o homem deixa de ser o único provedor. Neste sentido, as transformações sociais ocorridas neste contexto, repercutem amplamente em vários âmbitos: econômico, social, cultural, familiar e, principalmente, nas relações de gênero.

Percebe-se, desta forma, que as raízes do movimento feminista incidiram com a explosão econômica e a divisão sexual do trabalho, percepção esta deturpada pela mídia ou até mesmo desconhecida de seu verdadeiro fundamento e sentido. Pode-se afirmar, então, que o nascimento do movimento feminista se deu após o ingresso da mulher no mercado de

⁶ Diante da ampla e complexa conceituação de gênero, faz-se necessário delimitar qual conceito será utilizado, para que posteriores discussões do presente trabalho sejam mais bem compreendidas. Deste modo, **gênero** será interpretado como um **sistema relacional**. Costa (1994) coloca que gênero pode ser entendido como: um sistema social de relacionamento em que os indivíduos estão inseridos, abandonando a visão binária e da divisão de papéis. Permite uma concepção dinâmica de masculinidade e feminilidade de acordo com a situação social em questão. Permite ainda, vislumbrar a pluralidade de homens e mulheres dentro de seu contexto social, levando em consideração os vários fatores que influenciam na formação da personalidade dos sujeitos.

trabalho, e posteriores movimentos “de organização das trabalhadoras, que passaram a reivindicar direitos iguais e a transformação de um sistema que as oprimia pela sua condição de mulher e de trabalhadoras” (Méndez, 2004, p. 55).

Outro aspecto importante a ser destacado, refere-se à inversão da principal razão do casamento, que anteriormente era atribuído à reprodução. Ficava sob responsabilidade da mulher a preservação da sexualidade e o exercício da maternidade, “virgindade pré-nupcial, fidelidade conjugal e dedicação ao lar e filhos” (Féres-Carneiro & Negreiros, 2004, p. 39).

Desta forma, uma concepção biológica e de reprodução da mulher, começa a ser desconstruída e emerge uma necessidade de a sociedade “rediscutir os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres” (Méndez, 2004, p. 55). A primeira proposta de controle da natalidade foi defendida por Malthus ainda no século XVIII, proposta esta, considerada revolucionária para a época. Na obra *Ensaio sobre população*, Malthus preconiza que a procriação deixe de ser a principal finalidade do casamento, e sugere que objetivos centrais de um casal sejam econômicos e psicológicos.

1.2.1 A crise da Masculinidade

Diante do exposto, considera-se imprescindível discutir acerca da “Crise da Masculinidade” descrita por autores como Badinter (1986), Caldas (1997) e Silva (2000)⁷. Entende-se que perante as transformações ocorridas na família e no casamento, consequência de mudanças sócio-culturais e econômicas, repercutiu diretamente na identidade⁸ de mulheres e homens ao longo da história, bem como em suas relações. Deste modo, faz-se necessário vislumbrar a condição do homem frente a essas mudanças.

⁷ Psicólogo graduado pela UFPB e especialista em sexualidade humana, pelo Centro de Educação da UFPB.

⁸ Silva (2000) coloca que **identidade de gênero** refere-se a um “conjunto de traços construídos na esfera social e cultural por uma dada sociedade, que definem conseqüentemente, quais os gestos, os comportamentos, as atitudes, os modos de se vestir, falar e agir, de forma semelhante para homens e mulheres. As identidades de gênero tendem a estar em consonância com o sexo biológico do sujeito, porém, não são estruturas fixas, encerradas em si mesmas; pelo contrário, podem e estão continuamente se renovando, em ebulição e a cada momento podem ser novamente moldadas de outras formas” (p. 10).

Diferentemente do que foi exposto até aqui, convém apresentar uma perspectiva distinta da percepção das diferenças entre os sexos. Tem-se que, ao longo de dois milênios o monismo dominou o pensamento *anátomo-fisiológico*, ou seja, a mulher era concebida como um homem invertido, sendo o “útero o escroto feminino, os ovários eram os testículos, a vulva um prepúcio e a vagina era um pênis” (Laqueur, 1989 citado em Silva, 2000, p. 9). Neste sentido, a psicanálise apropria-se deste pensamento para desenvolver a teoria da sexualidade.

A anatomia masculina era tida como perfeita e assim a regra fálica, ou a existência de um pênis, “distinguia perfeitamente o domínio de superioridade e inferioridade masculina e feminina respectivamente” (Silva, 2000, p. 9). E, com o advento do capitalismo, de acordo com as novas regras da sociedade burguesa do século XIX, o homem assume o papel de provedor no contexto familiar, ou ainda, um ideal de virilidade. A este respeito, Caldas (1997) oferece uma percepção bastante ampla e contundente:

Para o homem, o sentimento de identidade está diretamente relacionado com o de identidade sexual. Em parte, esse sentimento está relacionado com as experiências psicológicas que vive desde a infância até a vida adulta, mas também se relaciona com o modelo de cultura do qual faz parte. A articulação das representações sociais de homem e mulher, pertencentes a uma determinada cultura, e a internalização das experiências emocionais que vivemos na nossa família nos permitem desenvolver um sentimento de identidade por meio do qual orientamos nossas vidas (Nolasco, citado em Caldas, 1997, p. 22).

Ainda a respeito da identidade sexual, Badinter (1986) faz uma exposição curiosa do trabalho desenvolvido pela antropóloga Margaret Mead. Mead enfatiza a influência da amamentação e a ligação da criança ao seio feminino como agentes do desenvolvimento

psicológico de todo ser humano. Durante a amamentação, para a menina, ocorre uma identificação com o seu próprio sexo ou corpo. Já para o menino, ou o *bebê macho*, a amamentação representa uma inversão de seus futuros papéis, ou seja, “a mãe introduz e ele recebe; para se tornar um homem, será preciso que ele abandone essa passividade⁹” (Badinter, 1986, p. 246).

Dentro desta ótica, há desde a primeira infância um esforço exigido ao homem, no sentido de ser obrigado a desenvolver uma identificação inversa à da mãe que o amamenta. Diante de uma imposição cultural, o menino tem que aprender a diferenciar-se de sua mãe para adquirir sua identidade sexual de macho.

Considera-se, então, que a masculinidade inerente às sociedades patriarcais, exige que os homens exerçam sua virilidade comportando-se de forma competitiva, agressiva ou violenta, seja nas suas relações interpessoais com os filhos ou com a parceira, seja em sua postura nas relações de trabalho ou perante a sociedade (Nolasco citado em Caldas, 1997).

Exige-se do homem, ainda quando menino, que este deva aprender desde seu processo de socialização, a reprimir suas demandas emocionais e a silenciar “seus sentimentos e frustrações, bem como evitar situações de vergonha e medo” (Caldas, 1997, p. 21). O homem tem de possuir um poder de mascarar sua “fraqueza” ou fragilidade emocional, e, ao mesmo tempo assumir um poder como pai e provedor econômico do seio familiar e conjugal.

Em contraposição à percepção feminista e remetendo ao período neolítico, observa-se que nem sempre o poder e o destaque foram privilégios destinados somente aos homens. Neste período, há uma valorização da mulher¹⁰ no que diz respeito ao poder da fecundidade, ou seja, na sua capacidade intrínseca de gerar outro ser em seu ventre, bem como em seu poder de fertilidade, sendo a mulher considerada como inventora da agricultura (Badinter, 1986).

⁹ Passividade possui uma conotação de homossexualidade repudiada e repulsiva para os homens.

¹⁰ “Esse poder feminino e materno é atestado por um número impressionante de esculturas e representações de personagens femininos de porte imponente (...)” (Badinter, 1986, p. 58).

Numa realidade mais recente, com a chegada da industrialização e a necessidade da inserção da mulher no mercado de trabalho, o homem tem que sucumbir a uma nova condição compartilhando com a mulher o poder de prover economicamente, que anteriormente era uma exclusividade sua. Percebe-se, então, que com o surgimento do movimento feminista e a luta por direitos iguais, o homem vê-se obrigado a se adequar e se enquadrar numa nova realidade sócio-econômica e comportamental dentro da dinâmica familiar:

A busca das mulheres por igualdade e independência, especialmente forte na Inglaterra, representou um desafio mais efetivo à oposição social dos homens. Esse desafio incluía uma crítica da sexualidade masculina, centrada no duplo padrão de comportamento moral que se esperava de homens e mulheres (Mosse, 1998, p. 293 citado em Silva, 2000).

O homem vive desta forma, envolto de demandas contraditórias, visto que, ao mesmo tempo em que se espelha em papéis anteriormente definidos, hoje se depara com novas exigências, exigências estas que ainda nem sabe como cumpri-las. Em matéria intitulada *“Homens ficam inseguros diante de mulheres ativas”*¹¹, Mirian Goldenberg oferece-nos uma percepção intrigantemente interessante:

A figura da mulher ativa sexualmente incomoda, causa insegurança e até medo. Significa, para os homens, que estão numa posição mais passiva e assim se sentem dominados, subjugados. Nunca vimos tantos casos de impotência e nunca lemos tanto sobre avanços em pesquisas para a cura deste mal como hoje. O homem de hoje teria se tornado o escravo da mulher no ato sexual, diz a sexóloga entrevistada. Sua preocupação em satisfazê-la é tanta que ele abre mão, muitas vezes do próprio prazer.

¹¹ Jornal O Globo, 1998.

Diante disso, infere-se que muitos homens encontram-se reféns de sua própria masculinidade. Ser “passivo” não significa necessariamente deixar de ser homem, supõe-se uma mudança de postura em todos os âmbitos que não só o sexual. Porém, esta insegurança ocorre justamente por estar arraigado um modelo de masculinidade patriarcal. “Passividade” pode significar também, uma mudança de postura afetiva e emocional.

Como pode o homem então, comportar-se diferentemente quando há fortíssimos resquícios culturais ancorados no patriarcalismo? O que esperar deste homem senão comportamentos contraditórios?

Capítulo 2

CONSEQÜÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES NA FAMÍLIA E OS CONFLITOS DE CASAIS

2.1 Conflitos de papéis de gênero nas relações conjugais

Partindo do pressuposto de que a família sofreu transformações ao longo da história, eis que surge uma família contemporânea pautada em novos moldes. Além disto, as relações conjugais sofrem conseqüências estando, na maioria das vezes, ancoradas em configurações familiares, ou ainda, fundadas na instituição do casamento. Se é que ainda pode ser considerado como instituição¹².

Para melhor explicitar acerca do casamento e da família contemporâneos, cabe aqui dar início a uma discussão que fundamentará o desenvolvimento deste capítulo. Para tanto, serão utilizados trabalhos desenvolvidos por Féres-Carneiro (2003, 2004), Araújo (2002, 2005), Goldenberg (2001), Miskolci (2005), Monteiro (2001), dentre outros.

De acordo com Féres-Carneiro (2004), as famílias e os casais contemporâneos vivem um conflito constante, na medida em que convivem com dois modelos, um tradicional e um novo. Estes modelos repercutem tanto na família, como nos papéis desempenhados por homens e mulheres, seja na configuração familiar, ou na relação conjugal.

No modelo tradicional ou *antigo* “o casamento é considerado indissolúvel, monogâmico e ligado à reprodução” (Féres-Carneiro, 2004, p. 39). Os papéis masculinos e femininos são bem demarcados de modo que, fica o homem responsável pela manutenção econômica da família e a mulher responsabiliza-se pela dedicação ao lar, o exercício da maternidade e o cuidado dos filhos.

¹² Cada um dos costumes ou estruturas sociais que vigoram num determinado Estado ou povo; estruturas cujas leis e valores regem a sociedade (Houaiss, 2004).

Já na atualidade, o “modelo novo” de família e de casamento consideram sua possível dissolução não estando pautados somente na reprodução. Não existe um modelo de papéis a ser imitado, o que favorece o surgimento de conflitos e confusões nas relações homem-mulher, mulher-família-homem. As noções de família e de representação ficam obscurecidas diante de suas amplas possibilidades:

(...) mulher oficial de forças armadas, homem dono-de-casa, mãe e pai solteiros, mulher chefe de família, casais homossexuais masculinos ou femininos, parceiros masculinos mais jovens, casal sem filhos por opção, produção independente, bebê de proveta e demais possibilidades que a evolução científica permite ou está em vias de possibilitar, tal como a discutida clonagem humana (Féres-Carneiro & Negreiros, 2004, p. 39).

Miskolci (2005)¹³ corrobora com a mesma idéia de conflitos existentes entre o “novo e o velho modelo”, quando afirma que “não surpreende que em um mundo social em mutação também surja uma tendência a um retorno da retórica de valorização da família. A resistência à transformação social ainda origina cruzadas morais que tentam reavivar valores e instituições tradicionais”.

Homens e mulheres já não sabem mais como devem se portar nas suas relações com os parceiros, muito menos quais são suas responsabilidades como pais ou mães, ou ainda, o que fica a encargo de quem, quando ambos decidem dividir um lar. A este respeito, diversos estudos já foram desenvolvidos sobre a importância da definição de papéis ou não dentro do casamento.

Parsons, por exemplo, defende ferrenhamente a necessidade de uma clara definição de papéis dentro do casamento, principalmente, para a construção e definição da

¹³ Este texto foi apresentado por **Richard Miskolci** no XIX Encontro Anual da ANPOCS (outubro de 2005) no GT Gênero na Contemporaneidade e publicado na íntegra no CD com todos os textos apresentados no evento. Miskolci é pós-doutoral do Department of Women's Studies da Universidade de Michigan e professor Adjunto III de Sociologia da UFSCar.

personalidade dos filhos. Para este autor, “a família nuclear assenta na diferenciação dos papéis dos pais e fornece às crianças que tem por função socializar um modelo de segregação baseado no sexo” (Michel, 1983, p. 104).

Ao contrário, Malthus preconiza que haja dentro do casamento uma igualdade entre os sexos. “Ele propunha uma relação mais igualitária entre marido e mulher, quando na maioria das sociedades prevalecia a dominação masculina”. Propunha também, que houvesse uma independência econômica dos cônjuges antes de se decidirem pelo casamento (Araújo, 2002).

Nota-se que há percepções distintas a este respeito. Por um lado Parsons coloca que é imprescindível haver uma definição clara e bem determinada de papéis, tanto de homens, quanto de mulheres na configuração familiar. Contrariamente, Malthus defende e se “baseia na premissa de um profundo afeto entre marido e mulher” dentro do casamento (Mcfarlane, 1990, p.165). Defende, ainda, que haja primordialmente, igualdade entre homem e mulher, não havendo poder de um sobre o outro. Faz-se necessário, neste momento, uma breve explanação acerca das raízes que fizeram brotar um novo modelo de família.

Os modelos de família contemporâneas que nos deparamos hoje são resquícios da Revolução Industrial originada nos séculos XVIII e XIX. Desde então, o casamento e a formação da família sempre estiveram ancorados em aspectos econômicos e emergenciais da época. Num primeiro momento, havendo necessidade de mão-de-obra, a população era encorajada, implicitamente, a se casar o quanto antes e reproduzir para, desta forma, contribuir com a demanda que surgia (Mcfarlane, 1990).

Já num segundo momento, a família nuclear e *individualista*, e mais reduzida, começa a ganhar força. “O relacionamento marido/mulher torna-se o mais importante de todos os vínculos, e as emoções entre eles tendem a ser intensas (...) podendo, por isso, tornar-

se intrinsecamente instável” (Mcfarlane, 1990, p. 52). O foco passa, então, da família para o casal ou o indivíduo.

Nessa variação individualista, os pais não consideram a produção e a reprodução como intrinsecamente ligadas; sexo e procriação são atividades separadas. O papel principal das mulheres não é mais o de uma máquina produtiva e reprodutiva; um número maior de filhos não aumenta necessariamente o prestígio e o bem-estar de um grupo maior, nem mesmo dos próprios pais (Mcfarlane, 1990, p. 56).

Esse novo modelo de família *individualista* e, economicamente viável, passou a predominar na Inglaterra a partir da primeira metade do século XIX, espalhando-se pela Europa, posteriormente, pela América do Norte e difundindo-se no resto do mundo. Nesta circunstância a família deixa “de ser um local de produção para virar um local de consumo” (Jablonski citado em Féres-Carneiro, 1996, p. 118).

Cabe ressaltar, que apesar desta influência da Europa Ocidental e de todo o processo de industrialização nas configurações familiares mundiais, cada país ou região, com suas especificidades, moldaram-se de acordo com a cultura e realidades locais.

2.1.1 Casais de dupla carreira e a indefinição de papéis

Retomando a idéia de que a organização familiar, bem como a relação conjugal, sempre foram influenciadas por mudanças sociais e econômicas, têm-se na contemporaneidade vastas exigências, no que diz respeito aos papéis femininos e masculinos nos seus desempenhos pessoais, sociais, conjugais, familiares e, principalmente profissionais.

Com a emancipação feminina e a entrada da mulher no mercado de trabalho, a família considerada tradicional, em que o homem predomina como principal provedor começa

a entrar em extinção. Cabe destacar que “o papel do ‘bom-provedor’ é historicamente determinado e relativamente recente” (Gibbon, 1994 citado em Monteiro¹⁴, 2001, p. 11).

Com a Revolução Industrial e a ascensão do capitalismo favorece-se o nascimento de uma sociedade individualista, não mais pautada em noções de coletividade. Desta forma, a “mudança das mulheres e a mudança dos homens expressam a crise do individualismo vivenciada como crise do sentimento de identidade” (Araújo, 2005).

Os conflitos existentes entre o antigo e o novo, não se restringe somente à família. Com a expansão do capitalismo, as identidades de gênero começam a tomar novas formas. Homens e mulheres deparam-se com uma nova realidade.

Há um modelo preexistente de papéis masculinos e femininos, que não mais se encaixam nesta realidade, e ao mesmo tempo homens e mulheres tem de reinventar a dinâmica destes papéis. Estes conflitos ficam bastante evidentes na relação família-trabalho.

De acordo com Diniz (1996) as “relações matrimoniais chamadas de dupla-carreira¹⁵ e de duplo-trabalho passaram a constituir uma nova forma de organização familiar” (p. 101). Este modelo de família gera conflitos entre o casal, justamente por não haver uma definição de quais serão as tarefas e responsabilidades designadas a quem.

Porque a mulher sente-se desvalorizada no contexto familiar? A condição da mulher dentro da família acaba por ser desfavorecida e sobrecarregada, uma vez que além das responsabilidades exigidas no trabalho, os afazeres domésticos e os cuidados com os filhos, na maioria das vezes, ficam sob seu encargo. Isto se comprova em pesquisa realizada por Monnerat (1985) com 171 mulheres do Rio de Janeiro, que chega à conclusão “que quase

¹⁴ André Maurício **Monteiro** é psicólogo formado pela Universidade de Brasília (UNB), mestre em Psicologia Clínica.

¹⁵ “família nas quais tanto o marido quanto a mulher possuem carreiras (trabalhos que envolvem um alto grau de saliência pessoal, um plano de carreira e requerem um alto grau de comprometimento) e que ao mesmo tempo estabelecem uma vida familiar com pelo menos uma criança” (Rapoport & Rapoport, 1969 *apud* Diniz, 1996, p. 102).

90% dos homens simplesmente não compartilham das atividades domésticas” (citado em Jablonski, 1996, p. 115).

A mulher que opta pelo casamento, pelo exercício da maternidade e por uma carreira de sucesso sente-se sobrecarregada e muitas vezes infeliz por não conseguir uma performance perfeita em todos os papéis que assumi. Este sentimento de fracasso acarreta estresse e conflitos tanto individuais, quanto no relacionamento conjugal. “Estes conflitos se manifestam na forma de dilemas de papel de gênero, que acabam por dificultar a troca e a complementariedade de papéis necessárias nestas famílias” (Chafetz, 1988, Coleman, 1988 citados em Diniz, 1996, p.104).

E quanto ao homem? Pode-se esperar uma atitude diferente daquela pautada nos moldes patriarcais? Será possível haver mudanças abruptas de comportamentos quando o discurso¹⁶ sobre o masculino é predominantemente machista? Diante de uma imagem de homem previamente construída - em que desde pequeninos, os meninos aprendem que para serem *homens de verdade*¹⁷ precisam ser agressivos, competitivos, durões – seria cruel exigir repentinamente comportamentos contrários.

Há uma cobrança e uma ansiedade, principalmente das mulheres, por uma relação mais igualitária no que se refere aos papéis exercidos pelo casal no contexto familiar. Há de se convir que esta emergência parta de mulheres, afinal, são elas que se sentem sobrecarregadas. Por outro lado, quanto mais poder a mulher tiver, maior será a “contribuição dos maridos” nos afazeres domésticos (Diniz, 1996, p.117).

Reportando esta temática de igualdades de gênero, Araújo (2002) coloca que “o processo de democratização das relações pessoais afeta profundamente as representações e vivências no casamento”. Havendo uma sobrecarga no desempenho de múltiplos papéis sociais, é compreensível a existência de conflitos conjugais oriundos de cobranças sociais.

¹⁶ Grosso modo, *práticas discursivas* referem-se a “ações, seleções, escolhas, linguagens, contextos, enfim, uma variedade de produções sociais das quais são expressão” (Spink, 2000, p.38)

¹⁷ Termo utilizado por Nolasco (1997) para designar o padrão de masculinidade pautado no patriarcalismo.

Talvez, pensar sobre a condição da família, das relações conjugais e de gênero usando uma lente “pós-moderna” possibilite uma melhor compreensão das transformações destes fenômenos. Usar uma lente “pós-moderna” significa pensar e perceber estes fenômenos levando em consideração a transitoriedade, a efemeridade, a fragmentação, a descontinuidade, a heterogeneidade (Vaitsman, 1994).

Deste modo, convém pensar que as desigualdades existentes na relação homem/mulher *versus* trabalho/casamento encontram-se em plena mutação. Se para a mulher ocorreram mudanças significativas na sua condição de gênero, social, econômica, sexual, entende-se que, apesar de passos curtos e lentos, o caminho para o homem, para as relações conjugais e para a família, já começa a ser trilhado. Mas, e que rumo terá?

2.2 O fim da família?

Lançando um olhar sobre a família e percebendo-a como pós-moderna, pode-se inferir que haverá a morte do modelo patriarcal de família. Desaparecerá a relação opressor/oprimido e um sexo não deterá o poder sobre o outro.

Fazendo uma retrospectiva, percebe-se, ao longo da história e sucessivas transformações sociais, a existência de três modelos de família. A primeira é a *família tradicional*, ancorada na patriarcalismo, a segunda, a *família moderna*¹⁸, mais nuclear e individualista e, por último, a *família pluralística* ou *pós-moderna* que ainda se configura e possui arranjos diversificados (Jablonski, 2003 citado em Féres-Carneiro 2003).

E qual é a relevância se de estudar e pesquisar sobre a família? O que ocorre na atualidade que favorece um percentual significativo de divórcios? Entende-se que, justamente por vivenciar-se uma realidade considerada pós-moderna, com todas as suas peculiaridades, os valores, os desejos e talvez as necessidades, favoreçam incertezas e conflitos. Com a

¹⁸ “Também chamada de *psicológica*”, seu arranjo é mais nuclear, centrada no casal, nos sentimentos e na afeição (Jablonski, 2003 citado em Féres-Carneiro 2003, p. 142).

modernização, a industrialização e os avanços científicos e tecnológicos, ocorre a privatização da família e, além disto, o surgimento de um terreno propício para o cultivo do individualismo¹⁹.

A cultura do consumismo, do imediatismo, da rápida satisfação dos desejos também se estende para a identidade do sujeito, bem com para as relações afetivas. A este respeito, Harvey (1989) citado em Vaitsman (1994) argumenta que o modo de pensar, sentir e fazer pós-modernos “acentua-se a volatilidade e a efemeridade da moda, dos produtos, produções técnicas, processos de trabalho, idéias, ideologias, valores e práticas estabelecidas” (p. 48).

Não só os objetos tornam-se *plásticos* e *descartáveis*, as relações afetivas e conjugais tomam um viés fragmentado, podendo ser substituídas por novas relações, ou ainda por outras pessoas-objeto, cenário propício para conflitos e dissabores, não só familiares como também individuais. Sobre esta perspectiva Féres-Carneiro & Negreiros (2004) colocam que “viver numa cultura orientada para o lucro, para o novo e para o belo significa também alimentar a insegurança e o temor, isto é, a realidade externa traz à tona os fantasmas da realidade psíquica” (p.42).

Estes fatos justificam o número crescente de divórcios e a queda no percentual de casamentos não só como uma realidade mundial, como também no Brasil. Jablonski (1996) afirma que no período de 1980 e 1994 houve uma queda de 38% na taxa de nupcialidade. E, de acordo com dados do IBGE²⁰, houve um acréscimo de 7,7% no número de divórcios em 2006 comparados ao ano anterior, passando de 150.714 para 162.244.

O aumento de divórcios se justifica de acordo com Vaitsman, quando este autor afirma que:

¹⁹ Este tema será mais bem discutido no capítulo 3.

²⁰ Dados obtidos no site do IBGE:
www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/registrocivil/2006/comentarios.pdf em 02/06/2008.

A separação resulta de um processo em que o parceiro não satisfaz mais, seja por que razões forem (...) o afastamento mútuo, uma insatisfação difusa também constituem, nesta geração psicologizada, que reivindica emoção no casamento e que valoriza o crescimento pessoal, motivos para separação (Vaitsman, 1994, p. 136).

Outro fato relevante é de que a religião deixa de ter tanto peso na manutenção do vínculo matrimonial. Haja vista que a religião “passou a ser interpretada pelas pessoas de forma mais individualizada e privatizada” (Jablonski, 1996, p. 142).

Percebe-se, assim, que o fenômeno pós-moderno atinge todas as esferas, inclusive da religiosidade das pessoas. A privatização e a individualidade se configuram não só nas relações interpessoais, expande-se também nas relações sociais e institucionais. A este respeito, “ao valorizar as experiências particulares de grupos e indivíduos, as tendências pós-modernas rejeitam qualquer idéia de totalidade, desde a concepção de uma história universal da humanidade até o domínio de um único estilo ou solução técnica” (Vaitsman, 1994, p.43).

Além de haver uma urgência na flexibilização de arranjos conjugais e familiares, exige-se também uma flexibilidade de papéis masculinos e femininos dentro e fora da família e do casamento. Retomando o questionamento sobre o fim da família, pode-se afirmar que o modelo de família conjugal encontra-se em extinção sim, o que não garante a predominância de um modelo de *família pós-moderna*. “O que caracteriza a família e o casamento numa situação pós-moderna é justamente a inexistência de um modelo dominante, seja no que diz respeito às práticas, seja enquanto um discurso normatizador das práticas” (Vaitsman, 1994, p. 19).

É curioso notar, que o interesse e os questionamentos acerca do fenômeno pós-modernidade não se restringem ao meio acadêmico. No círculo musical, a banda *Los Hermanos*, por exemplo, demonstra intrigante interesse sobre realidades da

contemporaneidade. Na música *Um Par*²¹, composta por Rodrigo Amarante, deixa bem explícito a ânsia por compreender tais demandas.

A composição foi elaborada na forma de um diálogo em que o pai questiona os comportamentos do filho. Questiona também valores e, implicitamente sobre valores de relacionamento familiar no trecho “sai correndo e volta outra vez sem cumprimentar!”, ficando clara a demonstração de sentimento de angústia, pela falta de diálogo entre integrantes de uma família.

Têm-se, de acordo Medrado (2000) que a mídia é um fenômeno cultural complexo, que compreende uma construção e a circulação de repertórios na sociedade contemporânea, bem como um meio de práticas discursivas e produção de sentidos. Para este autor, a mídia consiste em aspectos comunicativos como “textos e imagens publicados em jornais, revistas ou livros, apresentados em TV ou rádio, divulgados via *Internet* e, inclusive, textos científicos constituem textos midiáticos” (pp. 244-245).

Neste sentido, pode-se incluir, também, a música. Instrumento poderoso, que quando bem empregado, permite conduzir reflexões e até mesmo reproduzir concepções e conclusões. A música permite também, que pessoas “anônimas” diante do meio científico, não negando conhecimentos do senso comum²², possam expressar suas verdades atingindo de forma substancial, um grande número de pessoas.

Para confirmar esta indagação, nada melhor que:

É inegável que, na sociedade contemporânea, a mídia assumiu um papel fundamental no processo de construção e circulação de repertórios, tendo em vista, principalmente sua *afluência* de público e, conseqüentemente *influência* sobre o cotidiano das pessoas. Desse

²¹ Vide anexo 1.

²² Trabalho desenvolvido por Serge Moscovici (1961) sobre o conhecimento do senso comum que marcou o “abandono” de estudos essencialmente laboratoriais em Psicologia Social, para uma “revalorização do estudo dos processos sociais” (Spink & Frezza, 2000, pp. 20-21).

modo, ela confere uma visibilidade sem precedentes aos acontecimentos, informações e descobertas, levando a uma reconfiguração das fronteiras entre o espaço público e o privado, reduzindo barreiras espaciais e temporais e permitindo comunicações para além da interação face-a-face (Giddens, 1993; Thompson, 1995a, 1995b; Spink, 1997b citados em Spink, 2000, p. 245).

Diante desta perspectiva, percebe-se, pois, a morte de narrativas²³ absolutas acerca da família dita antiga, das relações de gênero e do próprio sujeito. Não há um único modelo de papel, de família ou de relação a ser espelhado, tudo tem de ser reinventado. A grande questão é ter jogo de cintura para acompanhar, ou tentar acompanhar as mudanças frenéticas em todos estes âmbitos.

A inconstância, a fragmentação, a descontinuidade, a instabilidade, ou seja, a pós-modernidade gera sofrimentos e conflitos não só familiares como também conjugais e individuais diante de constantes incertezas e inseguranças com relação ao mundo, ao outro e a si mesmo.

Cabe, então, perguntar *o que quer a família?* O que querem homens, mulheres e casais? Para responder tais perguntas, nada melhor argumenta as palavras de Michelle Perrot:

Não é a família em si que nossos contemporâneos recusam, mas o modelo excessivamente rígido e normativo que assumiu no século XIX. Eles rejeitam o nó, não o ninho. A casa é, cada vez mais, o centro da existência. O lar oferece, num mundo duro, um abrigo, uma proteção, um pouco de calor humano. O que eles desejam é conciliar as vantagens da solidariedade familiar e as da liberdade individual. Tateando,

²³ “Trata-se da organização de um fluxo de experiência por meio do discurso, de palavras, símbolos e metáforas em uma seqüência temporal e significativa. Ela constrói na linguagem o ainda não dito, o inédito, o novo em um arranjo que integra eventos distintos e sem ligação. Pode se utilizar, para tanto, de epopéia, drama e história” (Grandesso, 2000 citado em Neubern, 2004, p. 221).

esboçam novos modelos de famílias, mais igualitárias nas relações de sexos e de idade, mais flexíveis em suas temporalidades e em seus componentes, menos sujeitas à regra e mais ao desejo. O que se gostaria de se conservar da família no terceiro milênio, são seus aspectos positivos: a solidariedade, a fraternidade, a ajuda mútua, os laços de afeto e o amor. Belo sonho (Perrot, 1993, p. 81).

2.3 A produções discursivas sobre a família

Sendo a linguagem uma prática social, observa-se que as práticas discursivas, ou a produção de discurso acerca da mulher, do homem e da família foram sócio-historicamente construídos tendo como premissa noções de valores e regras concomitantes com a realidade cultural.

Ou seja, como foi abordado neste capítulo e no anterior, as questões de gênero, o casamento e a família transformaram-se de acordo com emergências sócio-culturais, configurando-se como discurso ou prática discursiva e, conseqüentemente produzindo sentido²⁴ para as relações sociais.

Ou, melhor ainda, estas questões carregam consigo resquícios de modelos antigos numa percepção temporal, na medida em que os conflitos existentes são advindos destes resquícios. Pode ser considerado como temporal a partir da concepção desenvolvida por Bakhtin (1994) em que o *pequeno tempo* engloba o dia de hoje, o passado recente e o futuro esperado; e o *tempo grande* refere-se ao “diálogo infinito e inacabado no qual nenhum sentido morre” (citado em Spink & Medrado, 2000, p. 50).

²⁴ **Sentido** “é uma construção social, um empreendimento coletivo, mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas – na dinâmica das relações sociais historicamente datadas e culturalmente localizadas – constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta” (Spink & Medrado, 2000, p. 41).

Numa definição mais ampla, Spink & Medrado (2000) colocam que as práticas discursivas ocorrem num *tempo longo*, ou seja, no domínio da construção social e dos conteúdos culturais que formam os discursos de uma dada época. Além disto, a discussão da presente monografia reitera no *tempo longo*, partindo do pressuposto de que este tempo “constitui o espaço dos conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios de saber: religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum” (Spink & Medrado, 2000, p. 51).

Desta forma, para melhor compreender as práticas discursivas sobre gênero, casamento e família é necessário haver uma identificação do *velho* e do *novo*, levando em consideração a existência destes, como possíveis geradores de conflitos. Isto se confirma quando Féres-Carneiro e Negreiros (2004) pontuam que é justamente a existência destes dois modelos, o velho e o novo, que incidem uma convivência conflituosa.

A este respeito, meninos e meninas desde que nascem deparam-se com uma gama de comportamento preexistentes que deverão copiar, e o pior ainda, que deverão se apropriar como se fossem seus, “de acordo com a sociedade a que pertencem” (Barasch, 1997, p. 98). De certa forma, são ignoradas as possibilidades de se portarem de acordo com a realidade em que estão inseridos.

O discurso acerca da masculinidade ainda apresenta-se predominantemente patriarcal. Ao homem, são exigidas posturas de agressividade, ser forte emocionalmente, provedor, erotizado com o próprio corpo e nas relações heterossexuais, enfim, o homem tem que ser o *macho de verdade*! Já com relação à mulher, espera-se que esta seja doce, delicada, sensível, submissa e sexualmente oprimida.

No que tange ao casamento e a família estes são considerados normais e melhor aceitos socialmente, e ainda vistos como exemplos de modelo, quando configurados por

papai, mamãe e filhinhos vivendo harmoniosamente e formadas pela instituição de casamento abençoada pela Igreja.

Conclui-se, então, que estes ainda são valores enaltecidos pelo discurso. Infere-se, desta forma, que as práticas discursivas acerca do patriarcalismo ainda são difundidas apesar das inúmeras transformações. Isto se deve ao fato de que, apesar de existir novos modelos de gênero, família e casamento, há também um conflito de velhos e antigos discursos.

Recordando a noção de produções midiáticas, têm-se, a respeito da masculinidade que esta se dê de forma:

(...) heterossexual e dominante (...) modelo cultural ideal, não sendo, portanto, atingível por praticamente nenhum homem. Contudo, como padrão, ela exerce um efeito controlador, subordina outras masculinidades, por meio da incorporação do *habitus*, da ritualização (no sentido antropológico) das práticas da sociabilidade cotidiana e de uma discursividade que exclui o campo das emoções considerado feminino (Medrado, 2000, p. 264).

Ou seja, os repertórios sobre a masculinidade, feminilidade e configuração familiar presentes nas mensagens publicitárias, de modo geral, associam a um padrão de relação em que homens e mulheres “desempenham papéis culturalmente tradicionais: o homem como provedor ou líder *instrumental*²⁵ da família e a mulher como dona de casa, dependente, afetiva e líder *expressiva*” (Medrado, 2000, p. 265).

Talvez, as práticas discursivas transcendam também, assim como ocorrem e estão ocorrendo transformações nas relações de gênero, casamento e família. Talvez esta transcendência se dê quando os discursos forem menos rígidos e tendenciosos, para que então caminhem para a pluralidade e a flexibilidade. Há também, de se entender que (...) não há

²⁵ *Instrumental* e *expressivo* são termos utilizados por Talcott Parsons para designar papéis familiares segundo o sexo.

uma verdade absoluta (...) a verdade é a verdade de nossas convenções, embora, nem por isso, menos impositiva (Spink, 2000, p. 27).

Capítulo 3

O FUTURO DOS CASAIS, DA FAMÍLIA E DO CASAMENTO

3.1 As novas configurações familiares.

Diante de um número significativo de separações e divórcios, e uma perspectiva de que este quadro seja cada vez mais crescente, faz-se necessário haver uma breve investigação deste fenômeno contemporâneo. Necessita-se, ainda, discutir quais seriam os aspectos envolvidos e quais os possíveis influentes para o surgimento e a manutenção deste quadro.

No que se refere a casais que se separam e constituem um novo casamento ou uma nova relação, existem alguns termos para designar esta configuração, como por exemplo, recasamento, que origina tantas outras terminologias como: famílias reconstituídas, famílias, reestruturadas, famílias misturadas, famílias reorganizadas (Wagner, 2002) e outras que possivelmente ainda surgirão. O termo utilizado no presente capítulo para se referir a segundos casamentos, ou seja, casais que se separam e voltam a se casar, será *recasamento* ou *família recasada*²⁶.

De acordo com Travis (2003) “o modelo de família que permeia o imaginário e as expectativas da sociedade contemporânea como um todo, e da própria família recasada, é o modelo da família nuclear ou família intacta, que compreende o casal e seus filhos biológicos” (p. 12). Faz-se necessário, desta forma, levar em consideração que apesar das práticas discursivas sobre a *velha* família ancorada no patriarcalismo, têm-se hoje infinitas configurações familiares e formas de viver conjugalmente, que não necessariamente deixaram de ser famílias.

Partindo do pressuposto de que esta é uma realidade relativamente recente, pois o divórcio só foi instituído no Brasil em 28 de dezembro de 1977 (Wagner, 2002), antes disto o

²⁶ **Família Recasada** segundo McGoldrick e Carter (1999) citado em Travis (2003), “esta expressão enfatiza a noção de que o vínculo conjugal forma a base para os envolvimento complexos de várias famílias numa ‘nova constelação’” (p. 10).

recasamento era considerado como um *ajuntamento*²⁷ e o novo casal reconstituído que participava desta dinâmica sofria preconceitos diante de uma sociedade normatizante²⁸, que ainda prezava a família *moderna*, constituída a partir do casamento abençoado pela Igreja.

Desta forma, há de convir que ainda prevaleça um discurso que associe a família pautada em moldes do período considerado moderno. Diante do exposto, considera-se que há, em certa medida, um poder discursivo da Igreja Católica no Brasil, e por esta ser contrária ao divórcio “Até que a morte os separe!”, ocorre certo desconforto da sociedade diante do recasamento por ainda estar arraigado o discurso de família indissolúvel.

A tentativa ou a necessidade de reproduzir um modelo de funcionamento de família já conhecida e aceita, considerada como uma família original e intacta é segundo Falcke e Wagner (2000) “um fator determinante de disfuncionalidade destes núcleos” (citado em Wagner, 2000, p. 25).

Contrariamente, o que se percebe atualmente é que mesmo após a frustração de um primeiro casamento, confirmada por um divórcio, as pessoas decidem-se por uma nova tentativa, um novo casamento, estabelecendo-se novas configurações, o então recasamento. Este fato que começa a se alastrar socialmente toma uma proporção difícil de ser ignorada. Isto se confirma num trecho exposto por Travis (2003, p. 33 citação da Revista Isto é) em sua tese:

Mas, mesmo sem dar o sacramento em cerimônias tradicionais, a Igreja tem abençoado casais de segunda união por meio de suas coordenações diocesanas, comandadas por um colegiado de leigos e padres. Embora a ousadia não tenha acolhimento unânime, alguns padres já dão informalmente o sacramento da eucaristia a casais de segunda união em

²⁷ Termo utilizado para designar nova configuração, novo casamento, após o desquite de casais (Woods, 1897 citado em Travis (2003).

²⁸ Refere-se à regulamentar, cria normas e regras.

ocasiões especiais, como aniversário de um dos cônjuges ou missas de Natal.²⁹

Isto posto, leva a crer, que mesmo havendo preconceitos e resistências quanto ao recasamento, o quadro tende a mudar, e quem sabe talvez, ser considerado como natural. Mas, o que leva as pessoas a quererem casar-se novamente?

De acordo com a perspectiva de Wagner (2002) as pessoas voltam a se casar como uma possibilidade de reconquistar vínculos essenciais de intimidade, afeto e companheirismo. Porém, percebe-se que o novo casal recasado enfrenta dificuldades, e muitas vezes adoecem, por investir excessiva energia na nova relação arriscando reparar os erros que levaram ao fracasso da relação anterior tentando “fazer tudo certo”.

Além disto, existindo filhos deste primeiro casamento e havendo o acréscimo de novos personagens na trama, mesmo que num papel secundário, a complexidade se instala no sentido de terem que lidar com novas demandas emocionais. Neste contexto surgem novas nomenclaturas para designar novos personagens.

As palavras *madrasta*, *padrasto* e *enteado (a)*, por exemplo, ressurgem na tentativa de nomear a relação entre as pessoas que não possuem vínculo de consangüinidade e passam a fazer parte da família. Entretanto, sabe-se que estas terminologias, desde as histórias infantis, vêm carregadas de conotações pejorativas e caracterizam relações familiares muito difíceis, conflituadas e, até mesmo, insustentáveis. Vide os contos infantis João e Maria, A Branca de Neve e os Sete Anões, entre outros (Wagner, 2002, p. 26).

Percebe-se, desta forma, que além das dificuldades encontradas nas relações com “personagens secundários”³⁰, há uma repetição de antigos conflitos, considerados como

²⁹ Revista Isto é, 2002.

³⁰ Pessoas que se agregam à nova família recasada.

significativos na relação homem/mulher numa segunda tentativa, ou seja, no recasamento. Segundo Levin (1997) citado em Travis (2003, p. 46), muitas pesquisas atribuem às questões de gênero as dificuldades de relacionamento e comunicação entre os membros de famílias recasadas.

É curioso um fato abordado por Woods (1987) que mesmo casais dividindo o mesmo teto necessitem de uma sensação de liberdade:

Para o divorciado de hoje, morar juntos apenas, dá uma impressão de liberdade, simplicidade, e não comprometimento, que não existia no primeiro casamento. Esse sentimento de estar livre para partir quando quiser, parece até de certa forma contribuir para um melhor relacionamento entre os membros do casal recasado (citado em Travis, 2003, p. 14).

Outro aspecto relevante, e que merece ser mencionado refere-se à perda do poder paterno quanto às responsabilidades financeiras, comuns da família moderna. O homem recasado tem de enfrentar, e aprender a lidar com mais essa demanda. Demanda esta, que põe em risco valores anteriormente essenciais para o prestígio da masculinidade.

O pai biológico e exclusivo do primeiro casamento perde responsabilidade e autoridade sobre os filhos quando o casal se separa. A partir do recasamento o pai biológico passa a assumir uma “terceira posição na ordem de responsabilidades (...), nestas famílias, o padrasto é quem assume a liderança no sustento da casa, seguido da mãe” (Wagner, 1999b citado em Wagner, 2002, p. 28).

Diante do exposto, fica clara a contradição inerente da condição pós-moderna. Ao mesmo tempo em que os casais desejam contrair um novo casamento, necessitam e desejam ter a sensação de liberdade, aspectos comuns do individualismo pós-moderno.

De acordo com Portela (2008), a pós-modernidade desenvolve diversas estratégias, “desde um enrijecimento de suas fronteiras de contato, ou casulo protetor, até a evolução para comportamentos desviantes, patológicos e sintomáticos” (p. 6); pós-modernidade que inaugura também novas formas de adoecimento psíquico. Pode-se dizer, pois, que os conflitos conjugais podem ser um reflexo deste novo tempo, desta nova era e deste novo modo de pensar e agir no mundo.

E estes conflitos podem ser considerados como um adoecimento psíquico? É claro, afinal, diante de tantas possibilidades, muitas vezes desconexas umas das outras, em que o sujeito não sabe que caminho deve percorrer o que esperar senão o adoecimento? Se o sujeito não sabe como atuar no mundo, e muito menos como será percebido diante de sua atuação, o que esperar senão a ansiedade e o sofrimento?

É, pois, neste sentido, que o sujeito fragmentado se depara com relações também fragmentadas. E, diante disto, não havendo êxito numa primeira tentativa de casamento, ou relação conjugal, frustra-se. Busca, portanto, uma nova relação ou recasamento. Talvez esta busca, ou ânsia, seja um desejo emergente por relações mais estáveis, completas ou concretas. Esta peregrinação em busca de relações mais estáveis pode ser uma tentativa de, só então por meio do recasamento, sentir-se também como um sujeito mais estável e inteiro. Mas, será possível haver relações “inteiras” quando o sujeito encontra-se “quebrado”?

Como uma forma de melhor validar esta idéia e ampliá-la têm-se que:

Possivelmente, um núcleo familiar continente, com limites claros entre os subsistemas, com regras definidas e que consegue estabelecer uma comunicação aberta com os filhos, poderá definir uma melhor qualidade de relacionamento entre os membros da família (Carmona, 2000). Uma família tensa, conflituada e com dificuldades de relacionamento, provavelmente possui menos recursos em promover a saúde e o bem-

estar dos filhos, independentemente de sua configuração (Féres-Carneiro, 1992, citados em Wagner, 2002, p. 32).

Porém, independentemente dos ônus decorrente do recasamento Berger e Kellner (1964) defendem que ainda há uma posição privilegiada do casamento, sendo este considerado “dentre as relações significativas validadas pelos adultos na sociedade contemporânea” (citados em Travis, 2003, p. 30).

Para finalizar este item, convém retomar a discussão já mencionada nos capítulos anteriores referente aos papéis de gênero, ou os papéis e funções familiares desempenhadas por homens e mulheres, porém, agora em famílias recasadas. Percebe-se que, mais uma vez os conflitos gerados nas relações de gênero também eclodem nestas novas configurações.

No que se refere à mulher têm-se que, mesmo havendo um discurso valorizador de suas práticas profissionais, a valorização da figura feminina na família, bem como o exercício da maternidade são ainda bem apreciados. Em pesquisa realizada por Rocha-Coutinho (2003), com mulheres de classe média residentes no Rio de Janeiro, aponta que estas mulheres se sentem divididas quanto as suas responsabilidades e tarefas a serem cumpridas no espaço público e privado.

Já os homens, na maioria das vezes, focam suas responsabilidades, quase que exclusivamente, no alcance do sucesso profissional. Porém, com a entrada da mulher no mercado de trabalho esperava-se que o homem, seu companheiro, também entrasse “no maravilhoso mundo das prendas do lar” (Jablonski, 1996, p. 114).

Nas famílias recasadas, Walker e Massinger (1979)³¹ atentam para o fato de que nesta configuração há um “modo pouco claro como são definidos os papéis e os comportamentos apropriados a serem assumidos pelos membros da família recasada”. Desta forma, quanto às responsabilidades que cada membro do novo casal irá assumir, também não estão bem

³¹ Citados em Féres-Carneiro (1996, p. 80).

delineados. Quando existem filhos do casamento anterior, tanto de um quanto de outro cônjuge, a complexidade de definição de papéis fica ainda mais evidente:

Essa dificuldade também se estabelece desde a perspectiva dos novos cônjuges em relação aos filhos do (a) companheiro (a): o (a) enteado (a), que significa nascido antes – do latim *antenatu*. Ainda que este (a), em muitas ocasiões, possa vir a ser tratado e considerado como se fosse um (a) filho (a), nunca o será; o que talvez explique a falta de uma terminologia que defina a complexidade de tal relação (Wagner, 2002, p. 27).

Entende-se, pois, que os problemas surgidos a partir das relações de gênero, ou ainda, pela falta de uma definição clara de papéis em uma relação conjugal, ou no casamento, o mesmo ocorre com pessoas que optam por um segundo casamento, ou recasamento. Por fim, percebe-se a existência de uma ideologia de igualdade sexual no recasamento ou na família recasada. Porém, na prática, estas desigualdades e a real sobrecarga enfrentada pela mulher nestas configurações geram “um sério desequilíbrio estrutural nos casamentos contemporâneos” (Walsh, 2002, citado em Andolfi, p. 19).

3.2 É possível estabelecer uma unidade a partir de um casal?

Para dar início à discussão acerca dos casais, convém levantar alguns questionamentos: O que configura a identidade do sujeito? De que depende esta configuração? E de que forma esta configuração pode ser responsável por conflitos gerados numa relação conjugal? Para dar vazão a estes questionamentos faz-se necessário retomar algumas questões levantadas no capítulo anterior.

Inicialmente, tem-se que o desenvolvimento da identidade do sujeito ocorre a partir de suas relações com o mundo. Essencialmente, como na natureza, o primeiro contato do bebê

com o mundo se dá com semelhantes, os pais, ou aqueles que o cria, ou seja, na família. A família está inserida num contexto muito mais complexo, a sociedade. E a sociedade se molda a partir de um modelo cultural, particular de cada lugar, que se firma, se produz influenciado por práticas discursivas, um ciclo mutante e permeado por questões inúmeras.

Pensar o mundo como uma condição *moderna*, ou como um fenômeno social moderno, significa perceber esta sociedade num contexto de industrialização, de privatização das relações num cenário mais restrito, ou seja, na casa, na família, e perceber também o início do desenvolvimento do individualismo do sujeito. Para Hall (2001), “a época moderna fez surgir uma nova forma e decisiva de *individualismo*, no centro da qual erigiu-se uma nova concepção de sujeito individual e sua identidade” (pp. 24-25).

Supunha-se, então, que a identidade do *sujeito moderno*, influenciado pelos discursos, possuía uma configuração rígida, estabelecida e estável, mesmo levando-se em consideração as inúmeras transformações econômicas e sociais da época. Hall (2001) coloca que, no pensamento moderno o “sujeito humano” possui uma capacidade de se fixar em “um sentimento estável de sua própria identidade e lugar na ordem das coisas – emergiu pela primeira vez na idade moderna” (p. 23).

Neste contexto ainda não existia uma *concepção mutante*³² acerca da identidade do sujeito, de suas transformações influenciadas pela realidade social e das práticas discursivas também responsáveis por esta mutação. Ou seja, havia certa “regularidade” em perceber o sujeito e sua identidade de uma forma determinada, definida. Por exemplo, no que se refere à identidade de gênero, homens e mulheres conheciam claramente o que é inerente de suas identidades, quais os seus papéis, seus direitos e deveres.

Na sociedade *moderna*, e na configuração familiar *moderna* ficava explícito o papel do homem como provedor e da mulher como mãe e dona-de-casa, ou seja, eram definidos os

³² Termo utilizado por Hall (2001).

espaços públicos e privados. Este quadro só começa a mudar com a industrialização e com o avanço da mulher no mercado de trabalho. Para ampliar um pouco mais esta idéia convém uma breve citação da Teoria das Representações Sociais de Moscovici:

O processo social no conjunto é um processo de familiarização pelo qual os objetos e os indivíduos vêm a ser compreendidos e distinguidos na base de modelos ou encontros anteriores. A predominância do passado sobre o presente, da resposta sobre o estímulo, da imagem sobre a “realidade” tem como única razão fazer com que ninguém ache nada de novo sob o sol. A familiaridade constitui ao mesmo tempo um estado das relações no grupo e uma norma de julgamento de tudo o que acontece. (Moscovici, 1961, p.26 citado em Arruda, 2002, p. 137).

Já na sociedade pós-moderna, não há uma identidade fixa, permanente e imutável. Há uma flexibilização de comportamentos, pluralização na forma de pensar e agir no mundo e das relações, bem como dos discursos sobre o sujeito, a identidade do sujeito a família e o casamento. Cabe ressaltar que não há um abandono ou substituição de práticas e discursos anteriores, não há um estabelecimento “de fronteiras definidas entre o moderno e o pós-moderno” (Vaitsman, 1994, p. 41).

Confirma-se, desta forma, uma influência preeminente do social na configuração da identidade do sujeito, seja ele homem ou mulher, moderno ou pós-moderno. E, diante de uma condição social fragmentada, heterogênea, globalizada e que prioriza uma postura individualista³³ o sujeito necessita acompanhar toda essa transmutação. Rocha-Coutinho (2003) fornece-nos uma percepção atraente quanto à identidade pós-moderna:

O sujeito, que antes vivia na falsa ilusão de uma identidade unificada e estável, está vivenciando, agora, grande parte das vezes de forma não

³³ No sentido de ter que se defender e se estabelecer num mundo cruelmente competitivo.

consciente, uma identidade fragmentada, isto é, composta não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias e não resolvidas (Rocha-Coutinho, 2003, p. 61).

Esta fragmentação da identidade do sujeito também repercute de forma conflituosa na família e nas relações conjugais. E sendo justamente a família um grupo social, um contexto e um cenário propício de práticas discursivas e de ações, e essencialmente um “modelo” de parâmetros a ser seguido, incide repetições, identificações, construções ou distorções das identidades múltiplas comuns desta configuração. A este respeito:

A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (Hall, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente (citado em Hall, 2001, p. 13).

3.2.1 Individualismo e diferenciação do sujeito: conflitos conjugais e familiares

Percebe-se que vários autores têm demonstrado grande interesse pelas relações conjugais, dedicando-se a pesquisas e suscitando vastas discussões sobre a funcionalidade do casamento, justamente por haver um número cada vez maior de conflitos gerados neste tipo de relação e um aumento considerável de divórcios. Acerca desta complexidade que envolve as relações humanas existem concepções distintas.

Whitaker (1982)³⁴ por exemplo, oferece-nos uma percepção acerca do indivíduo que, apesar do viés biologicista, propõe uma visão um tanto quanto intrigante e controversa. Este autor coloca que o ser humano inevitavelmente sofre de uma deficiência “biológica” no

³⁴ Citado em Andolfi (1995).

sentido de não haver a possibilidade de se reproduzir sozinho. Ou seja, “o que está por trás do casamento é que eu sou um indivíduo ao qual falta alguma coisa (...) as normas do mundo não se aplica ao casamento” (p.21).

Além disto, este mesmo autor defende que existe uma espécie de transferência, relacionada à família de origem, quando duas pessoas resolvem fazer um par:

“Eu me caso com minha mãe, transfiro para essa mulher que provoca em mim os sentimentos que eu tinha por minha mãe, ou por meus pais, a combinação de papai e mamãe, ou a combinação dos meus pais mais os pais deles. O resultado compõe-se de uma quantidade incrível de componentes, e penso que o fenômeno de transferência constitui boa parte desta combinação” (Whitaker, 1982, p. 27).

Esta forma de percepção mais ampla da dinâmica do casal pressupõe um pensamento sistêmico, ou seja, leva-se em consideração todas as outras relações anteriores ao casal já formado. De acordo com Satir (1995, p. 29) o pensamento sistêmico “tem sido enormemente útil para a compreensão do funcionamento do casal”.

Além disto, é extremamente importante diferenciar identidades de papéis existentes numa relação conjugal. Na *modernidade* ficava explícito o papel do homem e da mulher dentro do casamento. Porém, na pós-modernidade considerar o papel como um determinante da identidade do sujeito dentro do casamento é um fator congruente para o desenvolvimento de conflitos. “Os papéis mais perigosos são aqueles que definem homem e mulher” (Satir, 1995, p. 30).

E é justamente esta rigidez de papéis que não cabe mais perante a realidade contemporânea. Permanecer na insistência de transportar um modelo de papel que num outro momento “deu certo” para uma nova realidade seria o mesmo que reproduzir o fenômeno de desigualdades dentro do casamento, principalmente para as mulheres. E, de acordo com

Vaitsman, (1994, p. 50) “longe de estar desaparecendo, a identidade, na sociedade contemporânea, teria mais possibilidades de se reconstruir”.

Não seria adequado pensar que homens e mulheres devessem comporta-se, como provedores e donas-de-casa, quando a realidade e a exigência econômica e social é outra. Agir de acordo com moldes *antigos* numa realidade *nova* pode ser considerado como um retrocesso. O modelo de casamento moderno “não condiz com a imagem de um ser humano emancipado e autônomo” (Willi, 1995, p. 38).

Porém, é importante reconhecer que homens e mulheres estão aprendendo a lidar com estas questões. E enquanto aprendem sofrem por inúmeros conflitos que já se estabeleceram. Talvez, um dos grandes equívocos que as pessoas cometem, mesmo que inconscientemente, e que pode ser considerado como importante gerador de conflitos e frustrações, é perceber o casamento como uma possibilidade de alcançar a felicidade, transferindo para o parceiro esta responsabilidade antes mesmo de saber exatamente o que deseja, quais são suas reais prioridades.

Discorrendo sobre a especificidade da relação conjugal, Willi (1995) afirma que o casamento é uma relação diferente de todas as outras, na qual os parceiros se comprometem numa história comum e onde cada um é, realmente, afetado pelo comportamento do outro.

Na pós-modernidade há uma valorização do desenvolvimento pessoal e individual seja ele profissional, psicológico ou emocional. O grande problema está em aspirar por estes objetivos em conjunto com a construção da realidade conjugal. Até que ponto é possível estabelecer limites individuais quando se vive em parceria numa relação conjugal? Em que medida é possível haver individualidade numa relação quando ambos carregam consigo histórias distintas que em determinado momento se cruzam?

Quando um homem e uma mulher casam-se pela primeira vez, eles levam para o casamento a bagagem emocional, sócio-cultural e, muitas vezes, econômica de suas famílias

de origem (Travis, 2003, p. 12). Este quadro infere uma abordagem trigeracional ou crise de casal defendida por Andolfi (1995). Para este autor é imprescindível que haja uma análise mais profunda das possíveis causas e geradores de crises e conflitos conjugais.

Ou seja, numa relação conjugal torna-se complexo estabelecer uma individuação³⁵ de cada cônjuge quando ambos carregam consigo experiências de sua família de origem e, quando o casal compartilha uma vida em comum, na maioria das vezes sendo estas experiências individuais e incompatíveis, cada par não sabe diferenciar o que é seu e o que é do outro.

De acordo com Andolfi (1995), para a compreensão da dinâmica de um casal e de seus conflitos faz-se necessários uma investigação mais ampla das famílias de origem, bem como o entendimento de cada cônjuge sobre esta dinâmica, para só então aprenderem a separar-se do seu grupo de origem. Este complexo trabalho fornece um caminho para o início da diferenciação do eu.

Este tipo de compreensão permite ao casal uma percepção mais ampla de seus próprios comportamentos na dinâmica conjugal, e como estes comportamentos são arraigados de crenças adquiridas em suas vivências com a família de origem, ou seja, as práticas discursivas previamente estabelecidas. Há diferenças substanciais entre a família como modelo e a cultura como modelo. Uma das diferenças é que os regulamentos e normas que as regem, as generalizações que se aplicam a elas, são diferentes (Whitaker, 1982, p. 22).

Examinando diretamente a fonte que serviu como âncora para trabalho desenvolvido por Maurizio Andolfi observa-se uma perspectiva bastante pertinente defendida por Murray Bowen. A investigação de todo o núcleo familiar permitiu o desenvolvimento da teoria sistêmica proposta por Bowen, que posteriormente constituiu-se a terapia dos sistemas familiares (Bowen, 1991).

³⁵ Termo utilizado por Carl Gustav Jung que grosso modo, refere-se ao desenvolvimento psicológico, o surgimento do *si-mesmo*.

Partindo das premissas da teoria dos sistemas familiares Bowen (1991, p. 64) chegou à conclusão de que jovens adultos demonstram “pouca capacidade de separar seu si-mesmo”³⁶ do si-mesmo de seus pais, havendo uma fusão entre os membros da família. E, observando as relações conjugais no contexto terapêutico concluiu que o mesmo ocorre com os casais, ou seja, nestas circunstâncias o sujeito não consegue separar o si-mesmo do si-mesmo de seu cônjuge.

Além disto, a não diferenciação é ainda mais ampla considerando-se a família de origem como um agente influenciador e perpetuador de comportamentos. Com o surgimento de conflitos na relação conjugal um grande entrave se estabelece no “momento em que se torna claro, para as duas pessoas, que não podem reconstruir o outro” Whitaker (1982, p. 27).

Outro ponto importante discorrido por Bowen (1991) refere-se ao triângulo³⁷ relacional e emocional formado pelo sujeito e seus pais. Quando uma pessoa une-se a outra para formar um par, carrega consigo o modelo triangular relacional para todas as futuras relações. O que ocorre é um não reconhecimento e entendimento destes aspectos, e quando o sujeito contrai uma relação conjugal tenta postergar a sua própria história familiar não atentando para fato de ser este, justamente, um aspecto influente de repetições comportamentais, e talvez um agravante para o surgimento de conflitos.

Desenvolver a própria diferenciação (sinônimo de individualização) requer do sujeito uma observação e investigação dos sistemas emocionais de sua família de origem, para só então perceber quais são “os mitos, as imagens, as distorções e os triângulos que antes não conseguia captar” (Bowen, 1991, p. 78), bem como os discursos produzidos neste cenário particular. Somente após este reconhecimento será possível dar início ao processo de

³⁶ As citações do texto original *De la familia al individuo: La diferenciación Del si mismo em el sistema familiar* de Bowen (1991) foram traduzidas pela autora desta monografia.

³⁷ Conceito inicialmente utilizado por Bowen para designar, em contexto terapêutico, a relação triangular formada por ambos os cônjuges e o terapeuta.

individualização separando o que é meu do que é do outro, ou seja, o que é a verdade do sujeito não necessariamente é a verdade defendida por sua família.

No entanto, o reconhecimento da influência da família de origem na configuração de futuras relações não deve ser encarado somente como uma conotação negativa. Aliás, o desenvolvimento da individualização numa relação conjugal deve ocorrer, em certa medida, com grande cautela. Sendo o individualismo extremamente valorizado na pós-modernidade, se exercido mecanicamente, de forma inconsciente pode desencadear um sofrimento psíquico e um vazio existencial.

A prática indiscriminada do individualismo, comum na pós-modernidade, propicia o desenvolvimento de relações também fragmentadas, “acabam configurando um padrão aparentemente caótico” (Vaitsman, 1994, p. 152) confirmado pelo número excedente de divórcios. A exacerbação do individualismo, a liberdade de escolhas e a fragmentação do sujeito dificultam a construção de projetos em comum na relação conjugal. Vaitsman (1994) oferece-nos informações precisas a este respeito:

O desenvolvimento da individualidade vincula-se ao da sociedade moderna, com a eliminação de barreiras de status, religiosas, o declínio da autoridade paterna e a liberdade de mobilidade, seja social ou demográfica. Ampliou-se o círculo de pessoas que se tornaram passíveis de escolha como parceiros no casamento, ampliando também a liberdade de escolha (Vaitsman, 1994, p. 34).

E justamente esta possibilidade de escolhas, a dificuldade de construir projetos em parceria e de viver uma vida a dois pode ser um encorajador para sucessivos divórcios configurando-se na contemporaneidade os chamados relacionamentos descartáveis. A busca inconsciente por prazeres e satisfações imediatas, sejam elas materiais, afetivas ou sexuais podem distorcer o real sentido das relações humanas.

3.3 Perspectivas clínicas para a terapia de família e de casal

Diante de todo o panorama acerca da família, das relações conjugais e suas transformações até aqui exposto, torna-se imprescindível apresentar uma breve reflexão que contemple a atuação clínica de psicólogos que inevitavelmente lidam com tais demandas. Desta forma, havendo um reconhecimento de que o sujeito pós-moderno é diferente daquele analisado na modernidade torna-se coerente haver um ajuste no exercício de práticas psicoterápicas. Isto posto:

Os termos em que o mundo é conhecido são artefatos sociais, produtos de intercâmbios historicamente situados entre pessoas (...). Nesse sentido, convida-se à investigação das bases históricas e culturais das variadas formas de construção de mundo (...). As descrições e explicações sobre o mundo são formas de ação social. Desse modo, estão entremeadas com todas as atividades humanas. (Gergen, 1985 citado em Spink, 2000, p. 26-27).

O reconhecimento das novas demandas apresentadas pelo sujeito pós-moderno e suas especificidades incita uma ponderação acerca dos modelos metodológicos e epistemológicos da psicologia clínica. A tentativa de fazer ciência por meio da psicologia não implica, necessariamente, fabricar uma moldura para abarcar todos os sujeitos encaixando-os milimetricamente como se estes fossem obras estáticas, imóveis e permanentes.

A este respeito, Neubern (2004, pp. 39-40) contempla-nos com a seguinte reflexão: “(...) numa postura arrogante em nome da verdade, a psicologia, seguindo as perspectivas dominantes da ciência, desprezava as inúmeras práticas e saberes populares e culturais, permeados pela inscrição de diversidade de experiências emocionais”. A realidade com a qual nos deparamos requer uma revisão dos pressupostos oferecidos pelas teorias psicológicas. Psicólogos clínicos necessitam ser tão flexíveis quanto a realidade social.

No que se refere às demandas apresentadas por casais e os conflitos gerados a partir das relações conjugais, a emergência por mudança de postura e prática clínica é o foco a ser discutido daqui em diante. Tendo em vista um número crescente de pessoas e casais que buscam na clínica respostas e soluções para os seus problemas por não saberem como lidar com o sofrimento advindo de conflitos individuais e conjugais, cabe ao psicólogo investir em pesquisas e reciclar os seus conhecimentos.

Sager e colaboradores (1983) observaram, através do aumento do número de famílias recasadas em suas clínicas, que muitas delas não estavam “funcionando bem”. Reconheceram que suas abordagens terapêuticas, baseadas na estrutura, propósitos, papéis, mitos e valores da família nuclear, eram inadequadas para o tratamento e estudo das famílias recasadas (citados em Travis, 2003, pp. 37-38.).

Pessoas buscam a clínica, na maioria das vezes, como uma tentativa de aliviar os seus sofrimentos. E, para que a prática clínica, neste sentido, seja alcançada com sucesso, talvez seja necessário abandonar o pragmatismo ou uma visão paradigmática na maneira de conduzir, perceber e atuar na clínica. Além disto, um dos maiores problemas enfrentados pelo sujeito pós-moderno é a absorção de que são indivíduos únicos que se desdobram em múltiplos.

E esta dificuldade de lidar com a multiplicidade de papéis de identidade se agrava ainda mais nas relações conjugais. Talvez isto justifique um número cada vez maior de recasamentos. Além disto, os divórcios não ocorrem porque os casamentos tornam-se pouco importantes, mas porque sua importância é tal que os indivíduos não aceitam que suas expectativas relacionadas a esta união sejam frustradas.

Willi (1995, p. 38) aponta que as pessoas casadas estão melhores, de qualquer ponto de vista, “que as pessoas divorciadas ou viúvas. Isso vale para o índice de mortalidade,

distúrbios psíquicos ou somáticos, doenças psicossomáticas, drogas, alcoolismo, estado das defesas imunológicas, número de infartos, cânceres e suicídio, e assim por diante”. Ou seja, as pessoas quando se juntam para formar um par desejam de alguma forma satisfazer necessidades afetivas, psicológicas, sexuais e emocionais na relação com o outro. O que não há como prever o surgimento de incompatibilidades ao longo do percurso conjugal.

Berger e Kellner (1964) consideram o casamento um instrumento crucial de construção nômica. Sua função social é, na opinião dos autores, a de criar para o indivíduo uma ordem tal que o faça experimentar a vida como tendo certo sentido, e o parceiro torna-se o co-habitante mais próximo e mais decisivo do mundo (citado em Travis, 2003, p.30).

Outro ponto importante a ser destacado na clínica é o de que haja preponderantemente o reconhecimento da importância das práticas discursivas produzidas socialmente no desenvolvimento das identidades dos sujeitos. Porém, o psicólogo clínico deverá, também, perceber que o sujeito não é influenciado passivamente por estas práticas discursivas. O sujeito é produto e produtor de narrativas de sua história e de sua existência.

Neste sentido, Neubern (2004) oferece-nos uma percepção mais ampliada quando destaca acerca da importância da linguagem:

O que caracteriza o pensamento pós-moderno na prática clínica é a mudez ontológica quanto ao psiquismo humano (Gergen, 1996). A princípio não seria possível conhecer o que se passa com os outros, seus estados internos, suas emoções e conflitos, pois qualquer afirmação ou pergunta nesse sentido remeteria a epistemologia de um objeto concreto independente. Entretanto, uma vez que os seres humanos se constituem enquanto seres na linguagem (Shotter, 1996) é possível estabelecer com eles um diálogo de onde podem emergir novas construções (p. 53).

“Woods (1987) constatou um aumento do número de casais recasados que buscavam ajuda psicoterápica para seus conflitos conjugais, assim como a escassez de publicações nacionais que tratassem especificamente deste tipo de casal” (citado em Travis 2003, p. 12). Na clínica, o aumento da presença de famílias recasadas após o divórcio, também despertou a atenção não só de terapeutas como também de estudiosos deste fenômeno.

Sager e colaboradores (1983, citados em Travis, 2003, p. 37) criaram um serviço especializado para famílias recasadas, nos Estados Unidos, em 1976, o “Jewish Family Service of New York City”. Observaram, através do aumento do número de famílias recasadas em suas clínicas, que muitas delas não estavam “funcionando bem” e:

Como base teórica para suporte de seu trabalho clínico, mencionam uma abordagem de base sistêmica, mas admitem que lançaram mão de outras abordagens de terapia familiar que conseguissem integrar os sistemas biológico, intrapsíquico, interpessoal, familiar, institucional e social para a compreensão da complexa rede de relações formada por famílias recasadas (Travis, 2003, p. 38).

Uma outra alternativa na obtenção de êxito na prática clínica com casais em conflito refere-se à abordagem narrativa em terapia que:

(...) visa levar este sujeito fragmentado, desnarrativo, um sujeito que rompeu com seu passado e com as tradições e que também não tem um futuro, a recriar uma história coerente e coesa com seus projetos. Levá-lo a *dialetizar* novamente passado, presente e futuro. Aprender a dar sentido a suas experiências e encaixá-las de forma coerente em sua cadeia discursiva, dentro de um projeto biográfico (Portela, 2008, p. 10).

Neste sentido, o intento de buscar na clínica o tão almejado alívio para seus sofrimentos, o sujeito é partícipe ativo nos processos de mudanças e de crescimento pessoal.

É inadmissível concordar que se perpetue na clínica a hierarquização da relação terapêutica “em que o terapeuta, seguindo os passos do sujeito poderoso da ciência, foi colocado como o detentor do saber, enquanto o paciente, como um ignorante incapaz” (Neubern, 2004, p. 28).

Em um estudo onde analisa as modificações no contexto atual da terapia de família, Rapizo (1998), terapeuta de família do Rio de Janeiro, observa que não há mais lugar para certezas e que o terapeuta convive, atualmente, “com a angústia do indeterminado, do imprevisível”. A autora comenta, revelando o relativismo presente no campo: “Não há um único modelo clínico a ser seguido. Há quase tantos modelos como terapeutas. Temos parâmetros organizadores que podemos adotar em nossa clínica. Mas estes parâmetros, no caso da terapia construtivista, ou de segunda ordem, referem-se basicamente à coerência da prática com a teoria, com a posição epistemológica. Não são regras a serem seguidas, nem a única maneira de alcançar tal coerência (p. 99)” (citado em Travis, 2003, p. 72).

Percebe-se desta forma, que os psicólogos encontram-se no papel e na emergência de reconstruir a psicologia. Tarefa difícil, tendo em vista que diante da complexidade da pós-modernidade e de um sujeito pós-moderno, será possível construir uma única teoria de psicologia que abarque, de forma coesa, completa e unitária, todos esses processos? Talvez sim, talvez não! Considera-se que por um longo período haverá a necessidade de existir várias “psicologias”, ou várias formas de perceber e entender o humano.

Desta forma, acredita-se que a complexidade da psicologia clínica perpetuará, tendo em vista a constante necessidade de flexibilidade de paradigmas para acompanhar tamanha descontinuidade. Tarefa difícil! Respondendo a esta reflexão sobre a psicologia clínica, Portela (2008) coloca que “é preciso definir uma nova relação entre a teoria e seu objeto, uma relação dialógica, na qual a teoria da clínica está sempre pronta a alterar seus conceitos em função das mudanças em seu objeto, o sujeito”.

A utilização de uma abordagem como um respaldo metodológico rígido e fechado, pode não ser tão útil e funcional como foi em outro tempo, outra época, outra realidade. Sendo os psicólogos profissionais, grosso modo, que lidam com vidas e sofrimento de seres humanos, precisam estar atentos com uma nova realidade, diferente daquele em que a Psicologia foi idealizada, fundada e inaugurada.

A pós-modernidade convida-nos ao exercício clínico em psicoterapia com um viés amplificado, flexível e em constante revisão. Do contrário, a Psicologia de um modo geral estará fadada ao descrédito e a morte!

CONCLUSÃO

As pessoas, ao decidirem formar um par, o fazem por diversas razões sendo a primeira e mais essencial de todas as razões, compartilharem com alguém as experiências vividas ao longo de uma vida repleta de emoções. Willi (1995) defende que “com a decisão de compartilhar a vida com o outro, formar uma família e envelhecer junto, os cônjuges iniciam a construção de um mundo em comum” (p. 40).

Assim, a eclosão de conflitos nas relações conjugais são inevitavelmente produtores de sofrimento. Em contrapartida, o sujeito não é o único responsável pela manutenção deste quadro. As transformações sociais repercutem diretamente nas configurações conjugais e familiares ditas pós-modernas.

O chamado homem moderno é apenas o fruto de uma tempestade de variações e mudanças, vindas de uma forma tão repentina e inesperada que não existem caminhos alternativos senão os que o levam a torna-se uma parte dessa modernidade (Caldas, 1997, p. 95).

O sujeito pós-moderno para suprir suas inseguranças, suas demandas e seus vazios recorrem à prática indiscriminada de consumismo. Consomem objetos, desejos, fantasias, relações e pessoas. Consomem literalmente, como se estas questões fossem um “coisa” que pode ser comprada numa loja, e se não satisfaz ou deixa de satisfazer pode ser trocada ou jogada fora.

O sujeito, diante de suas inúmeras possibilidades já não se basta. Não se basta no sentido de ter que decidir-se por um único par, uma única companhia para o resto da vida, como acontecia com a antiga noção de casamento. A partir do momento em que um parceiro já não mais corresponde às necessidades do outro, e, existindo a possibilidade legal, no sentido jurídico, de abrir mão de uma relação frustrante, ou conflituosa, opta-se então, pela separação.

Porém, o sujeito só cresce em sua relação com o outro, seja marido ou mulher, amigos, pais, filhos, enfim, pessoas. E justamente por esse motivo, e talvez com a intenção de evitar a solidão, decide-se, mesmo que inconscientemente, por buscar uma nova relação. Talvez essa seja a justificativa diante do número crescente de recasamentos. Em outros casos, tenta-se a todo instante realizar uma fantasia ancorada nos moldes do romantismo. Será que o homem tem um perfil predeterminado para ser monogâmico?

Esta postura e este modo de viver contemporâneo configuram os chamados *relacionamentos plásticos e descartáveis*. Caldas (1997, p. 96) é enfático quando afirma que:

Como integrante dessa nova situação, ele encontra condições de viver bem ou ainda de “sobreviver” no mundo das frenéticas e constantes mudanças. Mas seu estado emocional não tem a mesma velocidade e não consegue acompanhar ou absorver todas elas, sintonizando-se no mesmo ritmo. Se ocorrem mudanças nas relações de trabalho e nos negócios, automaticamente se alteram as relações afetivas e, inconscientemente, os comportamentos direcionados para o amor e a vivência de prazer sexual.

Além disto, falta de direcionamento, de regras e normas a serem seguidas e imitadas contribui conflituosamente não só nas relações que o sujeito contrai. Constitui também para as crises de identidade contemporânea por não haver formas rígidas de masculinidade e de feminilidade a serem exercidas, desempenhadas, interpretadas e imitadas. Quanto ao homem:

A literatura que trata da crise masculina critica a crença de que um homem se faz através de sucessivas vitórias. Essa “ditadura do vencer” é substituída por um tipo de engajamento pessoal em que perdas e ganhos são incluídos como parte do caminho (Goldenberg, 2001).

No que se refere à mulher, espera-se dela o desempenho de múltiplos papéis como o exercício da maternidade e o alcance do sucesso profissional. Exige-se que esta seja uma

excelente mãe e dona-de-casa, que se responsabilize pelo cuidado e educação dos filhos, bem como seja responsável pelo controle e o bom funcionamento do lar.

Havendo uma igualdade de direitos e ao mesmo tempo uma desigualdade sexual na configuração conjugal e familiar, ou seja, a manutenção de contradições pertinentes, inevitavelmente se instalará conflitos e sofrimentos. Apesar de haver uma busca por relações mais igualitárias, principalmente por parte das mulheres, há ainda na contemporaneidade, de acordo com Jablonski (1996) “discursos atuais, práticas medievais”.

(...) enquanto não nos libertarmos de conceitos tautológicos e reducionistas, como identidades de gênero (masculinidade e feminilidade) ou identidades sexuais (heterossexualidade, bissexualidade, homossexualidade), ou seja, enquanto não aprendermos a respeitar as nossas singularidades, construídas através da diversidade histórica, social e cultural em que vivemos, enquanto não nos respeitarmos enquanto sujeitos, não conseguiremos respeitar também nossas construções singulares e identitárias, indiferente se sejamos homens ou mulheres (...) independente do papel social que exercemos no nosso dia-a-dia. Talvez, essa seja uma saída mais justa, mais ética, mais humana, para não infringirmos no indivíduo, qualquer espécie de sofrimento psíquico ou àqueles que ousaram ir contra as regras impostas pela cultura e pelos processos de socialização, aprendidos ao longo do tempo. Para não infringirmos sofrimento psíquico aqueles que ousaram questionar os limites de suas prisões identitárias” (Silva, 2000, p. 14).

Este posicionamento apresentado por Silva (2000) merece destaque, na medida em que propõe uma postura mais ética, ativa e responsável na forma de perceber as questões de gênero com uma visão mais realista e coerente com a contemporaneidade. Outro ponto

importante a ser destacado refere-se às expectativas, também contraditórias, com relação à atuação do homem contemporâneo:

Todavia, atualmente se espera que ele, em seus relacionamentos, disponha de recursos para compreender as demandas emocionais de sua parceira e seus filhos, ao mesmo tempo que seja cúmplice dessas demandas. Considerando o padrão de masculinidade pertencente às sociedades patriarcais e as novas demandas, temos que essa “nova masculinidade” solicita que o homem seja sensível, mas sem que isso comprometa sua virilidade; do mesmo modo, ele deverá ter iniciativa na vida, sem que, com isso, seja agressivo, violento ou competitivo (Caldas, 1997, p. 21).

Assim, homens e mulheres têm de se reinventarem constantemente. Se há uma tentativa de transportar um antigo modelo para uma realidade nova, o que esperar senão inadequação, incoerência e o surgimento de sofrimento individual e conjugal? “A patologia nasce quando os parceiros não conseguem satisfazer reciprocamente essas necessidades, ou então quando têm um em relação ao outro, expectativas imaturas, que não são atendidas” (Willi, 1995, p. 39).

Diante do exposto, toma-se emprestado congruentes palavras de Miskolci (2005):

As identidades estão sempre em “crise”, já que sua estabilidade é fictícia, o resultado de artifício social que minimiza as constantes transformações para as apresentar como fixas de forma a estabilizar relações para consigo e com os outros. No caso das identidades de gênero, há pressões por mudança nas expectativas sociais sobre os gêneros e o desejo de maior atribuição de poder aos indivíduos para que possam decidir sobre suas escolhas e estilos de vida. Ao mesmo tempo, as forças coletivas

resistem à mudança ou incorporam algumas demandas seguindo padrões estabelecidos, portanto de forma a evitar rupturas e cobrando seu preço na moeda do controle social.

Os discursos sobre homens e mulheres, família e casamento, amor e relacionamentos estão e sempre estarão envoltos nestas questões, seja repetindo, ou recriando novas formas de ser e atuar no mundo.

Um ponto importante que não foi possível contemplar nesta discussão, mas que merece total atenção, diz respeito às conseqüências da fragilidade familiar, dos valores éticos deturpados e da falta de comprometimento uns com os outros, na formação da identidade dos filhos, frutos de relações mal sucedidas. O que esperar das crianças germinadas num mundo pós-moderno, que apresenta complexidades múltiplas e que são geradas num cenário familiar também conflituoso? Que identidades serão construídas?

Assim, para instigar futuras reflexões e propor uma análise mais ampliada acerca das novas configurações familiares:

Ausência do pai cria confusão nos filhos. As mudanças na família brasileira, como o aumento da participação da mulher na divisão de responsabilidades e a crescente ausência do homem, têm criado confusões prejudiciais às crianças. Entre as conseqüências está a delinquência juvenil. O enfraquecimento da figura paterna tem levado o pai a se distanciar da família. Pesquisa mostra que os lares de 48 % dos infratores da FEBEM foram abandonados pelo pai³⁸.

Por fim, é imprescindível que estudos e pesquisas acerca do relacionamento humano, bem como as especificidades das relações conjugais sejam amplamente difundidos, indo além

³⁸ Citação utilizada por Mirian Goldenberg (1991) no artigo *Masculinidades em crise: um novo modelo de "ser homem"*, retirada da Folha de São Paulo, 1998.

do contexto acadêmico e científico de modo a compartilhar com a sociedade de um modo geral, conhecimentos adquiridos dos próprios sujeitos que a compõe.

Muitos casais ou descasados que busca na clínica um “alívio” para suas tensões oriundas de um contexto pós-moderno, merecem respostas coerentes com suas demandas. É preciso que os psicólogos clínicos, independentemente da abordagem que adotem, estejam atentos para os elementos ditos “inerentes da pós-modernidade”. Muitas pessoas encontram-se perdidas diante de tantas inconstâncias, sem saberem como lidar com esta nova e intrigante realidade. Muitos casais apresentam um quadro de sofrimento, e por este motivo buscam auxílio psicoterápico por não compreenderem o que se passa consigo mesmos, refletindo, assim, numa relação conflituosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andolfi, M. (1995). Crise de casal e família trigeracional. In: Andolfi, M. *O casal em crise*. Traduzido por Silvana Finzi Foá. Original publicado em 1993. São Paulo: Summus.
- Araújo, M. (2002). Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. *Psicologia Ciência e Profissão*. 22, 2, 70-77.
- Araújo, M. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: revisitando o debate. *Psicologia Clínica*. 17, 2.
- Ariès, P. (1981a). A família e a cidade. In: Figueira, S. A. & Velho, G. *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campos, pp. 13-23.
- Ariès, P. (1981b). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC Editora.
- Arruda, A. (2002) Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*. 17, Nov., 127-147. Disponível em: www.scielo.br Acesso em: 12 maio, 2008.
- Badinter, E. (1986). *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barasch, M. (1997). Sexo e afeto no cotidiano do homem. In: Caldas, D. *Homens: comportamento, sexualidade, mudança*. São Paulo: Editora SENAC.
- Beauvoir, S. (1949). “Les Structures Élémentaires de la Parenté, par Claude Lévi-Strauss” *Les Temps Modernes* 7(49): 943-9. Traduzido por: Marcos P. D. Lanna (UFSCar) e Aline Fonseca Iubel (PPGAS/UFPR).
- Bowen, M. (1991). Hacia La diferenciacion Del si-mismo em la família de origem. In: *De la Família al individuo: La diferenciación del si mismo em el sistema familiar*. Buenos Aires: Ediciones Paidós. Compilado por Maurizio Andolfi e Marcella de Nichilo.
- Caldas, D. (1997). *Homens: comportamento, sexualidade, mudança*. São Paulo: Editora SENAC.

- Carmo, I. N. (2007). *Trabalho e emancipação: uma análise acerca do trabalho feminino no capitalismo*. Disponível em: www.fee.rs.gov.br. Acesso em: 8 Abr. 2008.
- Costa, C. L. (1994). O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. In: CADERNOS PAGU. 2, 141-174.
- Diniz, G. R. S. (1996). Dilemas de trabalho, papel de gênero e matrimônio em casais que Trabalham fora em tempo integral. In: Féres-Carneiro. *Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.
- Féres-Carneiro, T. (1996). Escolha amorosa e relação conjugal na homossexualidade e na heterossexualidade: um estudo sobre namoro, casamento, separação e recasamento. In: Féres-Carneiro. *Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.
- Féres-Carneiro & Negreiros (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. UERJ, ano 4, 1, 34-47.
- Goldenberg, M. (1991). Masculinidades em crise: um novo modelo de "ser homem". In: *Simpósio Nacional Discurso Identidade e Sociedade*. Rio de Janeiro: PILA/UFRJ-PELL/PUCRJ, pp. 126-127.
- Goldenberg, M. (2001). Sobre a invenção do casal. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. Rio de Janeiro: 1, 1, 89-104.
- Gomes, I. C. (1998). Visão histórica do casamento e sua relação com a formação da família. In: Gomes, I. C. *O sintoma da criança e a dinâmica do casal*. São Paulo: Editora Escuta.
- Hall, S. (2001). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. 5, ed. Original impresso em 1992. Rio de Janeiro: DP&A.

- Jablonski, B. (1996). Papéis conjugais: conflito e transição. In: Féres-Carneiro. *Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal*. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.
- Jablonski, B. (2003). Algumas considerações sobre o casamento e a separação na classe média carioca. In: Féres-Carneiro, T. F. *Família e Casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC – RIO; São Paulo: Loyola.
- Lévi-Strauss, C. (1982). *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes.
- Magalhães, A. S. & Féres-Carneiro, T. (2003). Conjugalidade e subjetividades contemporâneas: o parceiro como legitimação do “eu”. In: *Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial*. Rio de Janeiro: Brasil.
- Mcfarlane, A. (1990). *História do casamento e do amor: Inglaterra: 1300 – 1840*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Medrado, B. (2000). Textos em cena: a mídia como prática discursiva. In: Spink, M. J. P. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Mendéz, N. P. (2004). *Discursos e práticas do movimento feminista em Porto Alegre (1975-1982)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.
- Michel, A. (1983). *Sociologia da família e do casamento*. Traduzido por Daniela de Carvalho. Portugal: RÉS-Editora.
- Miskolci, R. (2005) Vivemos uma Crise das Identidades de Gênero?. In: Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu-MG: CD Encontro Anual da ANPOCS, v. 1.
- Monteiro, A. M. (2001). Avanços no estudo da conjugalidade: os casais de dupla carreira. *Psicologia, Ciência e Profissão*. Brasília: 21, 3, 10-19.
- Neubern, M. S. (2004). *Complexidade e psicologia clínica*. Brasília: Editora Plano.

- Nogueira, C. M. (2004). *Feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a Precarização*. Rio de Janeiro: Autores Associados.
- Nolasco, S. (1997). Um “Homem de Verdade”. In: Caldas, D. *Homens*. São Paulo: Editora SENAC.
- Perrot, P. (1993). O nó e o ninho. In: Revista Veja: 25 anos. *Reflexões para o futuro*. São Paulo: Editora Abril.
- Portela, M. A. (2008). A crise da psicologia clínica no mundo contemporâneo. *Estudos de Psicologia*. Campinas: 25, 1, Jan./Mar.
- Rocha-Coutinho, M. L. (2003). Quando o executivo é uma “dama”: a mulher, a carreira e as relações familiares. In: Féres-Carneiro. *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola.
- Satir, V. (1995). A mudança no casal. In: Andolfi, M. *O casal em crise*. Traduzido por Silvana Finzi Foá. Original publicado em 1993. São Paulo: Summus.
- Silva, S. G. (2000). Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicologia, Ciência e profissão*. 20, 3, 8-15.
- Spink, M. J. P. (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. P. & Medrado, B. (2000). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, M. J. P. *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez.
- Travis, S. (2003). *Construções familiares: um estudo sobre a clínica do recasamento*. Tese de doutorado. Orientadora: Terezinha Féres-Carneiro. – Rio de Janeiro: PUC, Departamento de Psicologia.

- Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família: A construção de novos Arranjos a partir do recasamento. In: Wagner. *Família em cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Walsh, F. (2002). Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In: Andolfi, M. *A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional*. Traduzido por Lauro Kahl e Giovanni Menegoz. Original publicado em 1999. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Willi, J. (1995). A construção diádica da realidade. In: Andolfi, M. *O casal em crise*. Traduzido por Silvana Finzi Foá. Original publicado em 1993. São Paulo: Summus.
- Whitaker, C. A. (1995). As funções do casal. In: Andolfi, M. *O casal em crise*. Traduzido por Silvana Finzi Foá. Original publicado em 1993. São Paulo: Summus.

ANEXO 1

Um Par

Rodrigo Amarante

(para o amigo do escritório)

- Mesmo quando ele consegue o que ele quis, quando tem já não quer! Acha alguma coisa nova na TV – o que não pode ter – e deixa de gostar, larga mão do que ele já tem. Passa então a amar tudo aquilo que não ganhou!

(para o filho)

- Dê motivo pra outra vez acreditar na cascata da vez... que comprou assim 0+10 um presente pra mim. Mas se eu perguntar de onde veio esse agrado, você vai gritar! Diz que é homem feito, sei não! Ah, faça me o favor!

(para a foto do filho)

- Diga ao menos o que foi... se eu faltei em te explicar... Diz que a gente sempre foi um par...

(para o borracheiro)

- Sai domingo, diz que é dia de jogar, mas que jogo eu não sei. Fica até segunda o dia clarear e troféu não se vê! Entra sem falar. Sai correndo e volta outra vez sem cumprimentar! Nem parece aquele!...

(para si)

- Eu rezo, ai Deus do céu ou alguém no chão diga-me O que foi que eu deixei faltar! O que eu não consigo é entender como é que um filho meu é tão diferente assim de mim. Me faz entender!

ANEXO 2

Só de Sacanagem (Elisa Lucinda)

Meu coração está aos pulos!

Quantas vezes minha esperança será posta à prova? Tudo isso que está aí no ar: malas, cuecas que voam entupidas de dinheiro.

Do meu dinheiro, do nosso dinheiro, Que reservamos duramente para educar os meninos mais pobres que nós. Para cuidar gratuitamente da saúde deles e dos seus pais. Esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.

Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais? É certo que tempos difíceis existem para aperfeiçoar o aprendiz. Mas não é certo que a mentira dos maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.

Meu coração tá no escuro. A luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó E dos justos que os precederam: “Não roubarás”. “Devolva o lápis do coleguinha”. “Esse apontador não é seu, minha filha”.

Pois bem, se mexeram comigo, Com a velha e fiel fé do meu povo sofrido, Então agora eu vou sacanear: Mais honesta ainda vou ficar!

Só de sacanagem! Dirão: “Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo o mundo rouba” E eu vou dizer: “Não importa, será esse o meu carnaval, vou confiar mais e outra vez”. Eu, meu irmão, meu filho e meus amigos. Vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês.

Com o tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau. Dirão: “*É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal*”. E eu direi: “*Não admito, minha esperança é imortal*”. E eu repito: “*Ouviram? IMORTAL!*”

Sei que não dá para mudar o começo Mas, se a gente quiser, Vai dar para mudar o final!